

**RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO
DO CONTRATO DE GESTÃO
N.º 003/ANA/2011**

**BACIAS PCJ
2015**



COMITÊS PCJ



**FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ
PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO DE GESTÃO Nº 03/ANA/2011 - EXERCÍCIO 2015**



RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 003/ANA/2011 - BACIAS PCJ - EXERCÍCIO 2015

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí

Criada e instalada conforme as Leis Estaduais (SP), N.º 7.663/1991 e N.º 10.020/1998. Entidade Delegatária das funções de Agência de Água sob o Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011.



Mapa das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí - Bacias PCJ Agência Nacional de Águas - ANA



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

<http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>

Realização:



COMITÊS PCJ

<http://www.comitespcj.org.br>



Agência das Bacias PCJ

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/index.php>

Piracicaba, janeiro de 2016

Informações Institucionais

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

Diretoria Presidencial

Sérgio Razera

Diretoria Administrativa e Financeira

Ivens de Oliveira

Diretoria Técnica

Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Coordenação Administrativa

Eduardo Massuh Cury

Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos

Vanessa Cristina Bortolazzo Longato

Coordenação Financeira

Tony Douglas Segatto

Coordenação de Gestão

Kátia Rossi Gotardi Piccin

Coordenação de Projetos

Elaine Franco de Campos

Coordenação de Sistema de Informações

Eduardo Cuoco Léo

Analista Administrativo

Laís Maria Spinelli

Analista de Informática

Alexandre Henrique Bicudo da Silva

Analistas Técnicos

Leonardo Lucas Baumgratz

Maria Eugenia Martins

Assessoria de Comunicação

Ivanise Pachane Milanez

Auxiliar Administrativo

Juliana Prado Guilmo

Auxiliar Técnico

Fábio de Faria Coca

Colaboração dos Estagiários

Bárbara Figueiredo Giampaoli Ronceiro

Juliano Boscarol

Luiz Paulo Bento Pontes

Thais Aparecida Manoel

COMITÊS PCJ

PRESIDÊNCIA

Presidente CBH-PCJ e Presidente PCJ FEDERAL

Gabriel Ferrato dos Santos

Prefeitura Municipal de Piracicaba (SP)

Presidente do CBH-PJ e 1º Vice-Presidente PCJ FEDERAL

Jefferson Benedito Rennó

Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim (MG)

Vice-Presidente CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL

Marco Antonio dos Santos - Assemae

Vice-Presidente CBH-PJ

José Maria do Couto - Sinmec (MG)

3º Vice-Presidente PCJ FEDERAL

Osvaldo Garcia

Ministério da Integração

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executivo CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ

Leonildo Ednilson Urbano - SSRH (SP)

Secretária Executiva Adjunta CBH-PCJ

Caroline Túbero Bacchin

Representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE)

Secretário Executivo Adjunto CBH-PJ

Sidney José da Rosa

Prefeitura Municipal de Itapeva (MG)

Colaboradores de Gerenciadoras

Aline de Fátima Rocha Meneses

Anderson Assis Nogueira

Andréa Palhardi Bombonatti

Bruna Caroline Juliani

Bruna Eveline Domingos Petrini

Claudia Maria Coleoni

Karla Romão

Marina Peres Barbosa

Ronnie Carlos Peguim

Sheron Agnez da Silva

Tatiane Cury Abe

NOSSA MISSÃO

Executar ações para a implantação das políticas de recursos hídricos dos Comitês PCJ fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira.

NOSSA VISÃO DE FUTURO – HORIZONTE ATÉ 2035

Ser reconhecida pela sociedade por sua eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para melhoria da qualidade de vida.

Nossos Atributos da Visão de Futuro

A Agência das Bacias PCJ aspira, até 2035, alcançar os seguintes desafios:

Conquistar o reconhecimento da sociedade pelos benefícios gerados com a implantação das políticas de recursos hídricos.

Consolidar-se como modelo de Agência de Bacias Hidrográficas pelas práticas de suporte à gestão dos recursos hídricos.

Facilitar a comunicação, o relacionamento e o processo de cooperação entre os diversos atores dos Comitês das Bacias PCJ.

Tornar-se uma marca de credibilidade quando associada ao adequado suporte à gestão dos recursos hídricos.

Alcançar alto grau de excelência em gestão de projetos e conhecimento tecnológico em recursos hídricos.

NOSSOS VALORES

Sustentam as Premissas Norteadoras das Nossas Atitudes, Orientam a Nossa Postura e Guiam Todas as Tomadas de Decisão:

Transparência e Integridade

Agimos em todas as circunstâncias orientados por uma conduta ética, gerando e disponibilizando informações corretas, claras e confiáveis.

Integração e Cooperação

Cultivamos o diálogo, a colaboração e a parceria entre organizações que, juntos, são capazes de gerar resultados duradouros.

Comprometimento

Atuamos com responsabilidade, dedicação e empenho para honrar nossos compromissos e ter sucesso no cumprimento de nossos objetivos.

Empreendedorismo

Desempenhamos nossas atividades com iniciativa, criatividade e realismo para apresentar soluções inovadoras e executá-las.

Excelência em Gestão

Buscamos atingir melhoria contínua em todos os processos de gestão, aliada a práticas que assegurem altos níveis de desempenho.

*A*presentação

Este relatório apresenta os resultados obtidos com a execução do Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011 - exercício 2015, assinados entre a Agência Nacional de Águas - ANA e a Fundação Agência das Bacias PCJ.

Além dos resultados obtidos com a execução do Contrato de Gestão apresentamos um resumo das atividades desenvolvidas pela Fundação Agência das Bacias PCJ, bem como pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ), ou seja, os COMITÊS PCJ, no ano de 2015.

Sumário

1.	DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA:	11
1.1.	NOME COMPLETO:	11
1.2.	NÚMERO DO CNPJ:	11
1.3.	NATUREZA JURÍDICA:	11
1.4.	ENDEREÇO E TELEFONE:	11
1.5.	ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:	11
1.6.	NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
1.6.1.	NORMA DE CRIAÇÃO - ESTATUTO SOCIAL:	11
1.6.2.	NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO	13
2.	OBJETIVOS E METAS:	14
2.1.	IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL (ANA)	14
2.2.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA:	14
2.3.	MAPA DAS BACIAS PCJ:	15
3.	INDICADORES DE DESEMPENHO:	16
3.1.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	16
TABELA N.º 1 - PROGRAMA DE TRABALHO COM INDICADORES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		16
3.1.1.	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES - INDICADOR 1	16
3.1.2.	PLANEJAMENTO E GESTÃO - INDICADOR 2	16
3.1.3.	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS - INDICADOR 3	16
3.1.4.	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA - INDICADOR 4	17
3.1.5.	RECONHECIMENTO SOCIAL - INDICADOR 5	17
3.1.6.	CONCLUSÃO:	17
3.2.	ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	18
3.2.1.	INDICADOR 1 – DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	18
3.2.1.1.	INDICADOR 1A – CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DOS COMITÊS PCJ OU DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ	19
A)	1A1 - DADOS INSTITUCIONAIS DOS COMITÊS PCJ	19
▪	CBH-PCJ (PAULISTA)	19
▪	PCJ FEDERAL	20
▪	CBH-PJ (MINEIRO)	20
B)	1A2 - DADOS INSTITUCIONAIS DA ENTIDADE DELEGATÁRIA	21
CONSELHO DELIBERATIVO:		21
CONSELHO FISCAL:		21
DIRETORIA:		21
EQUIPE:		21
ESTATUTO:		21
FOLDER:		21
HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO:		21
LINHA DO TEMPO:		21
RESOLUÇÃO DE DELEGAÇÃO - CNRH N.º 111/2010:		21
VÍDEO INSTITUCIONAL:		21
C)	1A3 - LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	22
▪	LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO SITE DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ	22
COMUNICADOS		22
CONVÊNIOS		22
DECRETOS		22
DELIBERAÇÕES CERH (MG)		22
DELIBERAÇÕES COFEHIDRO		22
DELIBERAÇÕES COMITÊS PCJ		22
DELIBERAÇÕES CRH (SP)		22
LEGISLAÇÕES		22

NOTAS CONJUNTAS	22
PORTARIAS.....	22
RESOLUÇÕES ANA.....	23
RESOLUÇÕES CNRH.....	23
RESOLUÇÕES CONAMA.....	23
RESOLUÇÕES CONJUNTAS	23
RESOLUÇÕES SEMAD	23
TERMOS	23
▪ LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO SITE DOS COMITÊS PCJ	23
ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS.....	23
DELIBERAÇÕES DOS COMITÊS PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-PJ)	23
DELIBERAÇÕES - CONJUNTA CBH-PCJ/PCJ FEDERAL/CBH-PJ	23
DELIBERAÇÕES CONJUNTAS (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL)	23
DELIBERAÇÕES CBH-PCJ.....	23
DELIBERAÇÕES PCJ FEDERAL.....	23
DELIBERAÇÕES CBH PJ	23
LEGISLAÇÃO E DELIBERAÇÕES.....	23
LEGISLAÇÃO E DECRETOS.....	24
LEGISLAÇÃO LEIS.....	24
LEGISLAÇÃO E PORTARIAS	24
LEGISLAÇÃO E RESOLUÇÕES	24
d) 1A4 - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	25
✓ INFORMAÇÕES SOBRE AS BACIAS PCJ	25
✓ SIG PCJ - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DAS BACIAS PCJ:.....	25
✓ TRANSPARÊNCIA	26
✓ IMPRENSA	27
✓ FOLDERS, INFORMATIVOS, PLANOS E LIVROS DIGITAIS	29
✓ DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA.....	30
✓ PROJETOS	31
✓ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO – COMITÊS PCJ	33
e) 1A5 – PLANO DE APLICAÇÃO	34
f) 1A6 – CADASTRO DE USUÁRIOS.....	35
g) 1A7 – COBRANÇA E ARRECADAÇÃO	36
h) 1A8 – CONTRATO DE GESTÃO	38
CONTRATO DE GESTÃO:	38
ANEXO:	38
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 003/ANA/2011:.....	38
B) PRESTAÇÕES DE CONTAS	38
3.2.2. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO	40
3.2.2.1. INDICADOR 2A – PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL - PAP	42
A) 2A1 (2013-2020) - RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DAS FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS:	43
B) 2A2 (2013-2020) - RELATÓRIO ANUAL ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO - COBRANÇA FEDERAL PCJ	44
C) 2C - RELATÓRIO BIANUAL DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS PCJ.....	45
3.2.3. INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	46
A) 3A – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	47
B) 3B – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%).....	49
C) 3C – AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELOS USUÁRIOS	51
3.2.4. INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	53
A) INDICADOR 4A - ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA.....	54
B) INDICADOR 4B - CADASTRO DE USUÁRIOS.....	55
3.2.5. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL.....	56
A) INDICADOR 5A - RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE O DESEMPENHO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA.....	57
GRÁFICO N.º 1 - PERCENTUAIS REFERENTES ÀS NOTAS ATRIBUÍDAS NAS QUESTÕES OBJETIVAS PELOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DOS COMITÊS PCJ – 2015.....	58
4. JUSTIFICATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS NO ANO ANTERIOR A DO	

EXERCÍCIO ATUAL:.....	59
DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES - INDICADOR 1	59
PLANEJAMENTO E GESTÃO - INDICADOR 2	61
5. RELATÓRIO CONTRATO DE GESTÃO 2015	62
6. ANEXOS	63
6.1. ANEXO I: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ – 2015	63
6.2. ANEXO II: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DOS COMITÊS PCJ – 2015.....	64
IMAGEM N.º 2: COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS PCJ.....	64
6.1.1. EM TERMOS PRÁTICOS	65
IMAGEM N.º 3: ORGANOGRAMA DOS COMITÊS PCJ	66
NOTA N.º 1.....	66
6.1.2. A ATUAÇÃO DOS COMITÊS PCJ EM 2015	66
6.1.3. AS REUNIÕES DOS COMITÊS PCJ	67
6.1.4. CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ.....	68
6.1.4.1. CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO	68
• GRUPO DE TRABALHO EMPREENDIMENTOS - GT-EMPREENDIMENTOS	70
• GRUPO DE TRABALHO “OPERAÇÃO ESTIAGEM 2015” - GT-ESTIAGEM 2015	71
6.1.4.2. CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	71
6.1.4.3. CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	72
6.1.4.4. CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS	73
6.1.4.5. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA	74
6.1.4.6. CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO	75
6.1.4.7. CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS	76
6.1.4.8. CÂMARA TÉCNICA DE PLANO DE BACIAS	77
6.1.4.9. CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS.....	78
6.1.4.10. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL.....	79
6.1.4.11. CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO.....	80
6.1.4.12. CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL.....	81
6.1.5. COMPARATIVOS ENTRE AS GESTÕES 2013/2015 E 2015/2017	82
TABELA N.º 6: RELAÇÃO DE CÂMARAS TÉCNICAS (CTS), ENTIDADES PARTICIPANTES E MEMBROS: COMPARATIVO ENTRE AS GESTÕES 2013/2015 E 2015/2017.....	82
TABELA N.º 7: QUANTIDADE DE MEMBROS E ENTIDADES PARTICIPANTES NAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ.....	82
GRÁFICO N.º 2 - MEMBROS DAS CÂMARAS TÉCNICAS POR GÊNERO - GESTÃO 2015/2017	83
6.1.6. GRÁFICOS COMPARATIVOS DAS PARTICIPAÇÕES DOS SEGMENTOS NAS GESTÕES 2013/2015 E 2015/2017 E DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES NA GESTÃO 2015/2017.	84
GRÁFICO N.º 3: PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÕES POR SEGMENTOS NAS GESTÕES 2013/2015 E 2015/2017	84
NOTA N.º 2.....	84
TABELA N.º 8 - ÓRGÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - GESTÃO 2015/2017	85
GRÁFICO N.º 3.2. - ORGANIZAÇÕES CIVIS	86
NOTA N.º 3.....	86
TABELA N.º 9 - ORGANIZAÇÕES CIVIS - GESTÃO 2013/2015	87
TABELA N.º 10 - ORGANIZAÇÕES CIVIS - GESTÃO 2015/2017	88
GRÁFICO N.º 3.3. - USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS	90
NOTA N.º 4.....	90
TABELA N.º 11 - USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS - GESTÃO 2013/2015	91
TABELA N.º 12 - USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS - GESTÃO 2015/2017	93
GRÁFICO N.º 3.4. - ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL E DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	95
NOTA N.º 5.....	95
TABELA N.º 13 - ÓRGÃO DO GOVERNO FEDERAL E DO ESTADO DE MINAS GERAIS - GESTÃO 2013/2015	95
TABELA N.º 14 - ÓRGÃO DO GOVERNO FEDERAL E DO ESTADO DE MINAS GERAIS - GESTÃO 2013/2015	96
GRÁFICO N.º 3.5. - MUNICÍPIOS COM DIREITO A VOTO	96
NOTA N.º 6.....	97
TABELA N.º 15 - MUNICÍPIOS COM DIREITO A VOTO - GESTÃO 2013/2015	97
TABELA N.º 16 - MUNICÍPIO COM DIREITO A VOTO - GESTÃO 2015/2017	98

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA:

1.1. NOME COMPLETO:

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

1.2. NÚMERO DO CNPJ:

11.513.961/0001-16.

1.3. NATUREZA JURÍDICA:

Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição.

1.4. ENDEREÇO E TELEFONE:

AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:

Rua Alfredo Guedes, N.º 1.949 - Higienópolis - Edifício Rac'z Center - Sala 604

Piracicaba (SP) - Brasil - CEP: 13.416-901

Fone: (19) 3437-2100

1.5. ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

- Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ - <http://www.agenciapcj.org.br/novo/index.php>
- Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – COMITÊS PCJ - <http://www.comitespcj.org.br/>

1.6. NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.6.1. NORMA DE CRIAÇÃO - ESTATUTO SOCIAL:

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), constituída em 05 de novembro de 2009, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição. A sede e foro da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ reside na cidade Piracicaba e tem área de atuação nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Bacias PCJ) e com seu prazo de duração indeterminado.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos -

CNRH, em sua Resolução N.º 111, de 13 de Abril de 2010, como entidade delegatária de funções de Agência de Água das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, e em 2011, com a interveniência dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, firmou o Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011 com a Agência Nacional de Águas - ANA, nos termos da Lei Federal N.º 10.881, de 06 de junho de 2004, visando o exercício das funções de competência de Agência de Água nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Ressalta-se que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, capacitados para tanto.

A estrutura organizacional é dividida em: Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. O regime jurídico do pessoal é o da legislação trabalhista (CLT) e a contratação de empregados, salvo para as funções de confiança definidas no Regulamento Interno, é precedida de concurso público, nos termos da Constituição Federal.

Tem, ainda, como princípio de atuação o seguimento das diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ, da mesma forma que a sua gestão apresenta a composição paritária tripartite entre o Estado, os Municípios e a Sociedade Civil, com direito a voz e voto de todos os seus membros.

São funções da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ proporcionar o apoio financeiro aos planos, programas, serviços e obras aprovadas pelos COMITÊS PCJ, a serem executados nas Bacias PCJ; promover a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, de acordo com programa aprovado pelos COMITÊS PCJ; apoiar e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos; incentivar, na área de sua atuação, a articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais, com os municípios, com o setor produtivo e com a sociedade civil; e praticar, no campo dos recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ não distribui lucros, dividendos ou quaisquer outras vantagens a seus instituidores, mantenedores ou dirigentes e emprega toda a renda auferida no cumprimento das suas finalidades.

Os recursos destinados ao custeio de pessoal e das atividades desenvolvidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ são providos anualmente pela ANA, oriundos da Cobrança Federal pelo uso de recursos hídricos dos Rios Atibaia, Camanducaia, Jaguari e Piracicaba, conforme determinado no Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011 e, também, até 10% das arrecadações

pelo uso de recursos hídricos nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, provenientes da Cobrança PCJ Paulista.

Destacamos que a participação do Estado de São Paulo na AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi autorizada pelo art. 1º, da Lei N.º 10.020, de 03/07/1998, sendo dispensada qualquer outra formalidade legal para que ele integre a entidade.

1.6.2. NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO

Estatuto Social: Constituição da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ - 05 de novembro de 2009:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/estatuto>.

2. OBJETIVOS E METAS:

2.1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL (ANA)

- Programa: 1.107 - Pró-bacias.
- Contrato (Contrato de Gestão): N.º 003/ANA/2011.

2.2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA:

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011, celebrado entre a ANA e a Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), com a interveniência dos COMITÊS PCJ em 03 de abril de 2012, tem por objeto o alcance pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, das metas constantes no Programa de Trabalho, Anexo I, do Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011, no exercício das funções de Agência de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

O Programa de Trabalho contempla o detalhamento dos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, mensurados por meio de indicadores de desempenho.

A área de atuação da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ é a bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba, Jundiá e Capivari envolvendo os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, numa extensão territorial aproximada de 15.320 km². As Bacias PCJ abrangem áreas territoriais de 77 municípios, dos quais 62 possuem sede municipal dentro destas bacias hidrográficas. Destes, 59 estão no Estado de São Paulo e 4 no Estado de Minas Gerais.

2.3. MAPA DAS BACIAS PCJ:



Fonte: Cobrape, Plano de Bacias PCJ 2010 a 2020

3. INDICADORES DE DESEMPENHO:

3.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Tabela N.º 1 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação

INDICADORES	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1 DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A - Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica dos COMITÊS PCJ ou da CONTRATADA
2 PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A - Plano de Aplicação Plurianual. 2B - Enquadramento 2C - Implementação das ações do Plano das Bacias PCJ
3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A - Índice de desembolso anual
	3B - Índice de desembolso acumulado
	3C - Avaliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia pelos usuários
4 OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	4A - Atendimento ao usuário em cobrança
	4B - Manter o Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos
5 RECONHECIMENTO SOCIAL	5A - Avaliação da Entidade Delegatária pelos membros dos COMITÊS PCJ

3.1.1. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES - INDICADOR 1

Esse indicador tem como objetivo disponibilizar informações atualizadas sobre os COMITÊS PCJ, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, sobre Legislação de Recursos Hídricos, Central de Documentação, Plano de Aplicação, Cadastro de Usuários, Cobranças e Arrecadações e sobre o Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011, bem como do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), nas Bacias PCJ.

3.1.2. PLANEJAMENTO E GESTÃO - INDICADOR 2

Esse indicador tem por finalidade a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016, contendo:

- Os programas e subprogramas priorizados no período, com alcance de metas para 2016, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas;
- A estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte e,
- Os critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.

3.1.3. COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS - INDICADOR 3

O indicador 3, cobrança pelo uso dos recursos hídricos objetiva desenvolver metas progressivas visando maior eficiência na aplicação do valor repassado pela ANA à AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e proporcionar o aumento da aplicação de recursos externos (contrapartida)

em ações voltadas para a melhoria dos recursos hídricos. Esse indicador visa ainda alocar os recursos financeiros com a finalidade de atingir as metas progressivas, objetivando a eficiência administrativa da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ na execução das ações previstas no Plano de Aplicação.

3.1.4. OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA - INDICADOR 4

Com esse indicador visa o fornecimento do serviço de atendimento aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNDARH), bem como o de fornecer os serviços de atualização dos dados cadastrais de usuário com problemas de endereço. Além do atendimento ao usuário em cobrança este indicador visa manter atualizado cadastro dos usos e usuários de recursos hídricos interestaduais nas Bacias PCJ, e apresentar relatório anual com o estado da arte do cadastro.

3.1.5. RECONHECIMENTO SOCIAL - INDICADOR 5

No âmbito desse indicador procura-se avaliar, por meio da opinião dos membros dos COMITÊS PCJ, as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, considerando os aspectos técnicos e administrativos e, ainda, aumentando a inserção do tema “Gestão de Recursos Hídricos” nos órgãos de imprensa ou na mídia das Bacias PCJ, por meio de reportagens e artigos, espaços para divulgação de notícias e elaboração de programas (com ou sem parcerias) sobre temas específicos.

3.1.6. CONCLUSÃO:

A cada INDICADOR estão associados seus correspondentes subindicadores e metas, conforme apresentaremos a seguir. Aos subindicadores estão associados pesos, estabelecidos como indicação de sua relevância para o indicador correspondente. As metas estão associadas aos subindicadores, de maneira que, em função do desempenho conseguido e pesos atribuídos a cada subindicador, obtém-se uma nota final para o desempenho dos respectivos indicadores. O que permite definir uma nota final para o desempenho da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em cada indicador.

Essa estrutura está demonstrada nas planilhas que constituem o Anexo I do Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011, e permite que seja estabelecido um conceito para o desempenho conseguido em cada indicador, dependendo da nota calculada, sendo considerado: ÓTIMO (nota maior ou igual a 9); BOM (nota entre 7 e 8,99); REGULAR (nota entre 5 e 6,99) e INSUFICIENTE (nota menor que 5).

3.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

3.2.1. INDICADOR 1 – DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	DETALHAMENTO
1A CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO COMITÊ OU DA CONTRATADA	1) COMITÊS PCJ: decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.
	2) Entidade Delegatária: resolução de delegação, estatuto e alterações, associados.
	3) Legislação de Recursos Hídricos: leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de SP e MG; portarias dos órgãos gestores estaduais; resoluções da ANA, do CNRH e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos que tenham pertinência com as atividades definidas no Plano de Recursos Hídricos da bacia, contrato de gestão, cadastro e cobrança.
	4) Centro de Documentação: Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia.
	5) Plano de Aplicação: Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança.
	6) Cadastro de Usuários: relação dos usuários da bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em cobrança pela ANA e pelos órgãos gestores estaduais, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.
	7) Cobrança e Arrecadação: valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Delegatária e rendimentos financeiros anuais.
	8) Contrato de Gestão: contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.

AVALIAÇÃO	1A	NOTA FINAL (NF)	
	PESO		
	1		
2012	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2013	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2014	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2015	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2016	META	8	
	RESULTADO		

AVALIAÇÃO	1A		NOTA FINAL (NF)
	PESO		
	1		
	NOTA (NP)		
2017	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2018	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2019	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2020	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 1A, será atribuído um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento.
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$

3.2.1.1. INDICADOR 1A – CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DOS COMITÊS PCJ OU DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

a) 1A1 - DADOS INSTITUCIONAIS DOS COMITÊS PCJ

Os dados institucionais dos COMITÊS PCJ, decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões, mecanismo de funcionamento das Câmaras Técnicas, características das bacias PCJ e demais informações e materiais, encontram-se disponíveis para consulta no site <http://www.comitespcj.org.br>.

▪ CBH-PCJ (PAULISTA)

LEI DE CRIAÇÃO:

<http://www.comitespcj.org.br/images/Download/Lei7663-91.PDF>

ESTATUTO DO CBH-PCJ:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=214&itemid=219

COMPOSIÇÃO:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=256&itemid=354

DELIBERAÇÕES:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&itemid=223

ATAS:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=167&itemid=229

MOÇÕES:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=168&itemid=230

▪ **PCJ FEDERAL**

DECRETO DE CRIAÇÃO E RESOLUÇÃO:

<http://www.comitespcj.org.br/images/download/decreto-pcj-federal-20-03-02.pdf>

<http://www.comitesPCJ.org.br/images/Download/Resolucao05-2000.PDF>

REGIMENTO PCJ FEDERAL:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=31&itemid=111

COMPOSIÇÃO:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=257&itemid=355

DELIBERAÇÕES:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&itemid=223

ATAS:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=167&itemid=229

MOÇÕES:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=168&itemid=230

▪ **CBH-PJ (MINEIRO)**

DECRETO DE CRIAÇÃO:

<http://www.comitespcj.org.br/images/download/decreto-44433-2007-mg.pdf>

REGIMENTO DO CBH-PJ:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=242&itemid=220

COMPOSIÇÃO:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=258&itemid=356

DELIBERAÇÕES:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&itemid=223

ATAS:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=167&itemid=229

MOÇÕES:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=168&itemid=230

b) 1A2 - DADOS INSTITUCIONAIS DA ENTIDADE DELEGATÁRIA

Os dados institucionais da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, tais como: resolução de delegação, estatuto e suas alterações, associados, estão disponíveis nos links a seguir.

CONSELHO DELIBERATIVO:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/13-institucional/institucional-pcj/conselho-deliberativo>

CONSELHO FISCAL:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/14-institucional/institucional-pcj/conselho-fiscal>

DIRETORIA:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/diretoria>

EQUIPE:

http://www.agenciapcj.org.br/web_app/equipe-pcj/

ESTATUTO:

<http://www.agenciaPCJ.org.br/novo/institucional/estatuto>

FOLDER:

<http://issuu.com/pcjdigital/docs/folderpcj-digital?e=6318376/1151930>

HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/fabh_hist-implantacao.pdf

LINHA DO TEMPO:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/linhadotempo-pcj.pdf>

RESOLUÇÃO DE DELEGAÇÃO - CNRH N.º 111/2010:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cnrh_111_2010.pdf

VÍDEO INSTITUCIONAL:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional>

c) 1A3 - LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

É possível encontrar no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, bem como no site dos COMITÊS PCJ toda a base legal que subsidia a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, além das Políticas Estaduais (São Paulo e Minas Gerais), Política Nacional de Recursos Hídricos, Deliberações, Decretos e Resoluções pertinentes aos recursos hídricos, cobrança pelo uso de recursos hídricos, Comitês e gestão de recursos hídricos no âmbito das Bacias PCJ, assim como as todas os Relatórios sobre a Execução do Contrato de Gestão e o resultado de seus indicadores. No site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, o conteúdo do Contrato de Gestão e da Base Legal em Recursos Hídricos poderá ser localizado nos seguintes links a seguir:

▪ Legislação de Recursos Hídricos no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

No site da Agência das Bacias PCJ, o conteúdo sobre legislação de recursos hídricos está disponível em <http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal> e poderá ser acessado, também, nos seguintes links:

COMUNICADOS

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/105-comunicados>

CONVÊNIOS

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/convenios>

DECRETOS

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/decretos>

DELIBERAÇÕES CERH (MG)

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/deliberacoes-cerh-mg>

DELIBERAÇÕES COFEHIDRO

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/101-deliberacoes-cofehidro>

DELIBERAÇÕES COMITÊS PCJ

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/deliberacoes-comites-pcj>

DELIBERAÇÕES CRH (SP)

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/deliberacoes-crh-sp>

LEGISLAÇÕES

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/legislacoes>

NOTAS CONJUNTAS

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/104-notas-conjuntas>

PORTARIAS

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/portarias>

RESOLUÇÕES ANA

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-ana>

RESOLUÇÕES CNRH

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-cnrh>

RESOLUÇÕES CONAMA

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-conama>

RESOLUÇÕES CONJUNTAS

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-conjuntas>

RESOLUÇÕES SEMAD

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-semad>

TERMOS

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/termos>

▪ Legislação de Recursos Hídricos no site dos COMITÊS PCJ

No site dos COMITÊS PCJ, o conteúdo sobre legislação de recursos hídricos poderá ser acessado em http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=555&Itemid=240 e também nos links a seguir:

ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=167&Itemid=229

DELIBERAÇÕES DOS COMITÊS PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-PJ)

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&Itemid=223

DELIBERAÇÕES - CONJUNTA CBH-PCJ/PCJ FEDERAL/CBH-PJ

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=224

DELIBERAÇÕES CONJUNTAS (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL)

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=179&Itemid=225

DELIBERAÇÕES CBH-PCJ

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=178&Itemid=226

DELIBERAÇÕES PCJ FEDERAL

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=177&Itemid=227

DELIBERAÇÕES CBH PJ

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=370&Itemid=228

LEGISLAÇÃO E DELIBERAÇÕES

- Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (CRH/SP)
- Conselhos Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG)
- Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=635:legislacao-deliberacoes&catid=134:legislacao&Itemid=240

LEGISLAÇÃO E DECRETOS

- Federal
- Estadual Paulista
- Estadual Mineira

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=555:legislacao-decretos&catid=134:legislacao&Itemid=240

LEGISLAÇÃO LEIS

- Federal
- Estadual Paulista
- Estadual Mineira
- Municipal

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=554:legislacao-leis&catid=134:legislacao&Itemid=240

LEGISLAÇÃO E PORTARIAS

- Departamento de Águas e Energias Elétricas (DAEE)
- Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)
- Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Ministério da Saúde (MS)

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=245:legislacao-portarias&catid=134:legislacao&Itemid=240

LEGISLAÇÃO E RESOLUÇÕES

- Agência Nacional de Águas (ANA)
- Agência Nacional de Águas (ANA) e Departamento de Águas e Energias Elétricas (DAEE)
- Agência Nacional de Águas (ANA) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)
- Agência Nacional de Águas (ANA), Departamento de Águas, Energias Elétricas (DAEE) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)
- Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Secretaria do meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD
- Agência Nacional de Águas (ANA), Departamento de Águas, Energias Elétricas (DAEE), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento - SERHS (SP) e Secretaria do Meio Ambiente - SMA (SP)
- Secretaria do Meio Ambiente - SMA (SP), Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento – SERHS (SP) e Secretaria da Saúde - SES (SP)
- Secretaria do Meio Ambiente - SMA (SP)
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD (MG), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG (MG), Secretaria de Estado da Fazenda - SEF (MG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM (MG)
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD (MG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM (MG)
- Secretaria de Estado da Fazenda - SEF (MG), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD (MG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM (MG)
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD (MG)

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=556:legislacao-resolucoes&catid=134:legislacao&Itemid=240

d) 1A4 - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Todos os estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre as Bacias PCJ poderão ser acessados no site da Agência das Bacias PCJ, através dos links relacionados abaixo:

✓ INFORMAÇÕES SOBRE AS BACIAS PCJ

Características Climáticas:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/caracteristicas-climaticas>

Características Físicas:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/45-informacoes-das-bacias/caracteristicas-fisicas>

Características Geopolíticas:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/caracteristicas-geopoliticas/46-informacoes-das-bacias/caracteristicas-geopoliticas>

Disponibilidade Hídrica:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/28-informacoes-das-bacias/disponibilidade-hidrica>

Localização:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/29-informacoes-das-bacias/localizacao>

Uso da Água:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/30-informacoes-das-bacias/uso-da-agua>

Relatório de Gestão Bacias PCJ (situação) 2014:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-gestao-2014.pdf>

✓ SIG PCJ - Sistema de Informações Geográficas das Bacias PCJ:



<http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/2-cobranca-federal/55-sig-pcj>

Acessando o Sistema via Web:

<https://sig.agenciapcj.org.br:9083/k2gisapp/map>

Manual do Usuário:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/SIG-PCJ_Manual_do_Usuario.pdf

Tutorial do Usuário:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/SIG-PCJ_Tutorial_do_Usuario.pdf

✓ TRANSPARÊNCIA

No site da Agência das Bacias PCJ o item transparência está dividido em administração E finanças. Abaixo apresenta-se a subcategorias de cada um dos itens descritos em transparência.

SUBCATEGORIA DA TRANSPARÊNCIA

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia>

▪ **Licitações**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/licitacoes>

▪ **Administração:**

✓ **Termos firmados**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/24-termos-firmados>

✓ **Recursos Humanos – estrutura:**

- Cargos, salários e estrutura completa

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/recursos-humanos/estrutura/79-rh-cargos-e-salarios>

- Organograma

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/recursos-humanos/estrutura/20-organograma>

- Quadro de vagas

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/recursos-humanos/estrutura/21-rh-quadro-vagas>

▪ **Finanças**

✓ **Demonstração Financeira**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/23-financas/demonstracao-financeira>

✓ **Execução Orçamentária – Relatório de Execução Orçamentária**

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/relatorio-execucao-orcamentaria-2014.pdf>

SUBCATEGORIA ADMINISTRAÇÃO

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao>

▪ **Contratos**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/contratos>

- **Licitações**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/licitacoes>

- **Recursos Humanos – estrutura**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/recursos-humanos>

SUBCATEGORIA LICITAÇÃO

- **Demonstrações financeiras**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/financas/demonstracao-financeira-e-orcamento>

- **Execução orçamentária – relatório**

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/relatorio-execucao-orcamentaria-2014.pdf>

✓ IMPRENSA

NOTÍCIAS E PERGUNTAS FREQUANTES

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/imprensa>

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/imprensa/perguntas-frequentes>

TV PCJ



A TV PCJ é uma iniciativa dos COMITÊS PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Com uma proposta de mostrar o território das Bacias PCJ e seus 77 municípios. Com a produção da StandByMedia, o canal será mais um meio de comunicação entre os COMITÊS PCJ e a sociedade. Os interessados em receber informações a TV PCJ e seus programas poderão entrar em contato através do e-mail comunicapcj@agenciapcj.org.br.

Para assistir à programação da TV PCJ acesse pelo link <https://www.youtube.com/user/agenciadasbaciaspcj>. Assinando nosso canal, você é notificado toda vez que um novo programa for ao ar. A TV PCJ, possui dois programas regulares: “O Valor da Água” e o “Saber das Águas”. Além dos programas aqui citados a TV PCJ possui matérias especiais e outras reportagens em sua grade de programação.

O VALOR DA ÁGUA

Desde 2013, a TV PCJ já apresentou 36 edições do programa “O Valor da Água”. Em 2015, foram sete programas produzidos. Todos os programas poderão ser visualizados através do link <https://www.youtube.com/user/agenciadasbaciaspcj>. Abaixo destacamos os vídeos referentes à 2015:

Programa O Valor da Água N.º 29 - publicado em 21/01/2015 -

<https://www.youtube.com/watch?v=5cGaf3XjOCM->

Programa O Valor da Água N.º 30 - publicado em 10/03/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=2mT03lpL0dQ>

Programa O Valor da Água N.º 31 - publicado em 13/04/2015

https://www.youtube.com/watch?v=7X41K5g_IXU

Programa O Valor da Água N.º 32 - publicado em 19/05/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=szJ9EqTbAL0>

Programa O Valor da Água N.º 33 - publicado em 15/06/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=45zJpi6re5A&feature=youtu.be>

Programa O Valor da Água N.º 34 - publicado em 20/07/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=Gi6Fti0Ga6o>

Programa O Valor da Água N.º 35 - publicado em 21/08/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=lv1F9PxFyec>

Programa O Valor da Água N.º 36 - Publicado em 19/10/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=jGMNSYnt9fl>

O SABER DAS ÁGUAS

Paralelo ao Programa “O Valor da Água” em 2015 a TV PCJ vem também veiculando o programa “O Saber das Águas”. O programa é uma iniciativa da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, com participação de entidades públicas e privadas e educadores, e tem como objetivo levar à sociedade dicas e informações sobre educação ambiental, recursos hídricos e funcionamento dos COMITÊS PCJ. Até o momento foram publicados cinco programas. Abaixo destacamos os vídeos referentes à 2015:

Programa O Saber das Águas N.º 01 - publicado em 12/05/2015

https://www.youtube.com/watch?v=k2B_h0EPZwQ

Programa O Saber das Águas N.º 02 - publicado em 18/06/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=lRy2MqLT2Cg>

Programa O Saber das Águas N.º 03 - publicado em 08/09/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=z5jQzjDBY6o>

Programa O Saber das Águas N.º 04 - publicado em 27/08/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=qqjx67t-LOE>

Programa O Saber das Águas N.º 05 - publicado em 03/10/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=hsHyxspfiVU>

Programa O Saber das Águas N.º 06 - publicado em 01/12/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=qQs4QRo4Tvl>

Programa O Saber das Águas N.º 07 - publicado em 01/12/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=jA3-UgIYHfw>

Programa O Saber das Águas N.º 08 - publicado em 01/12/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=3ip1JhJ8fGA>



VÍDEOS ANA

<https://www.youtube.com/user/anagovbr>

✓ FOLDERS, INFORMATIVOS, PLANOS E LIVROS DIGITAIS

Encontram-se na página da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ na seção “publicações”

AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e os Comitês de Bacias

<http://issuu.com/pcjdigital/docs/folderpcj-digital?e=6318376/1151930>

Apostila “Documentos Básicos sobre Constituição e Funcionamento dos Plenários e Câmaras Técnicas dos COMITÊS PCJ”

<http://issuu.com/pcjdigital/docs/livreto2conferir15>

Cobrança Paulista PCJ - Exercício 2015

<http://issuu.com/pcjdigital/docs/cp-ex2015>

Folder “A Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ - Edição 2014”

http://issuu.com/pcjdigital/docs/cobran_a14-07

Folder “Conservador das Águas – 10 anos”

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/folderes/folder-conservador-agua-2015.pdf>

Folder “Declarações Corporativas”

http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_declara_es_b47407dd82a596/1

Folder Institucional

Em Espanhol

http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_institucional_/1

Em Frances

http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_institucional_093093cd25a051/1

Em Inglês

http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_institucional_5dec05c9c29309/

Em Português

http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_institucional_a8249514f805b7/1

Informativo COMITÊS PCJ N.º 38 - janeiro/fevereiro/março/abril de 2015

<http://issuu.com/pcjdigital/docs/informativo5h>

Informativo COMITÊS PCJ N.º 39 - maio/junho/julho/agosto de 2015

http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_jornal_institucional

Informativo COMITÊS PCJ N.º 40 – setembro/outubro/novembro/dezembro de 2015

[http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj - jornal institucional_e76114dd588e3e](http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_jornal_institucional_e76114dd588e3e)

Livro “Produtor de Águas – Pagamentos por Serviços Ambientais”

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/livros/livro-lico-es-aprendidas.pdf>

Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – 2010/ 2020

http://issuu.com/pcjdigital/docs/pcj_readequado_2013?e=6318376/1186601

Renovação da Outorga do Sistema Cantareira - Documentos para Consulta e download, disponível em

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/219-outorga-2014-renovacao>

✓ DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Boletins de Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Cantareira

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/sistema-de-informacoes/38-instrumentos-de-gestao/sistema-de-informacoes>

Dados das vazões mensais de 1930 a 2012

http://comitespcj.org.br/images/Download/SC_Vazoes-1930-2012.rar

Dados de pontos de interesse do Sistema Cantareira

http://comitespcj.org.br/images/Download/SC_Dados-Ptos-Interesse_22-07-13.rar

Dados de referência acerca da outorga do Sistema Cantareira

http://www.comitespcj.org.br/images/Download/SC_Dados-Referencia_v1_0.pdf

Declarações corporativas

[http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj - folder declara_es_b47407dd82a596](http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_declara_es_b47407dd82a596)

ECO CUENCAS - Bacias de Redistribuição Financeira em Ação



<http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/505-eco-cuencas>

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/ecocuencas/acao-ecocuencas.pdf>

Folder: COMITÊS PCJ 1993 – 2013

<http://www.agenciapcj.org.br/fotos/folder-20anos.pdf>

Folder: Operação Estiagem 2015

http://issuu.com/pcjdigital/docs/folder_educativo_2014

Folder: Os COMITÊS PCJ e as Competências das suas Câmaras Técnicas

http://issuu.com/pcjdigital/docs/folder_comites_-_web

Folder: Uso da água no meio rural

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-uso-meio-rural-oper-estiagem-2014.pdf>

GTAG Cantareira ANA/DAEE

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=204&Itemid=359

Guia do Ato Declaratório

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/daee-guia-ato-decl.pdf>

Programa de Efetivação do Enquadramento - Inquérito Civil

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/359-programa-de-efetivacao-do-enquadramento-inquerito-civil>

Despacho MP SP 29/09/2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/despacho-mpsp-29-09-15.pdf>

Ofício 374-14 Agência PCJ

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/agencia-pcj-oficio-374-14.pdf>

Portaria Enquadramento 02-2014 - final – AFM

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/portaria-enquadramento-02-2014-final-afm.pdf>

Relatório de Fundamentação

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-fundamentacao-pcj.pdf>

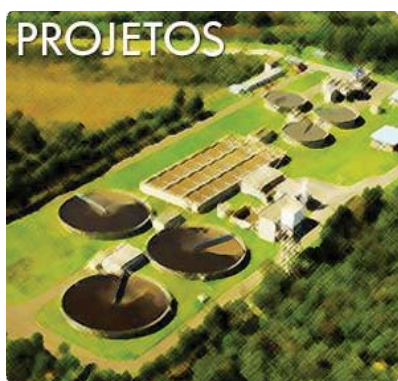
Relatório de Gestão das Bacias PCJ – 2014

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-gestao-2014.pdf>

Resolução Restrição de Usos de Captação

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101

✓ **PROJETOS**



Todas as informações sobre Projetos realizados pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ estão disponíveis através do link <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos> onde podemos acessar:

Captação de Recursos Fehidro e Cobranças PCJ - exercício 2016

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/captacao-de-recursos>

ou

em

<http://issuu.com/pcjdigital/docs/fehidroweb>

Informações administrativas sobre o desenvolvimento dos Planos Diretores de Combate às Perdas Hídricas em Sistemas de Abastecimento Público de Água:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/89-projetos/planos-diretores-de-combate-a-perdas-hidricas-em-sistemas-de-abastecimento-publico-de-agua>

Informações administrativas sobre o desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/84-projetos/pmsb-e-pmgirs>

Mapa dos Projetos

Conforme a demanda referente ao Primeiro Termo Aditivo Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011 - indicador 1 - Disponibilização de Informações, iniciamos a disponibilização das informações físicas e financeiras sobre estudos e projetos finalizados e em andamento afim de que a sociedade em geral e, em especial os atores das bacias PCJ, acompanhem a evolução das ações contratadas. As informações disponibilizadas estão em constante atualização e poderão ser acessadas através do link <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/58-projetos/mapa-dos-projetos>

Poderão ser visualizados no mapa de projetos os **Empreendimentos DEMANDA ESPONTANEA**, deliberados pelos Comitês PCJ, contratados principalmente com recursos financeiros do FEHIDRO, da Cobrança Estadual Paulista e parte com recursos da Cobrança PCJ Federal, bem como as respectivas situações, os mesmo poderão ser visualizados em <https://www.google.com/maps/d/embed?mid=z3BDTALbwNIs.kIKy9KAzz9vo&msa=0&ie=UTF8&ll=-22.654572%2C-47.06543&spn=1.235043%2C2.546284&t=h&output=embed>

Empreendimentos PAP PCJ 2013-2016

Para os empreendimentos contratados com recursos financeiros do Plano de Aplicação Plurianual – PAP PCJ, oriundos da Cobrança PCJ Federal, nos quais a Agência das Bacias PCJ é a contratante, bem como as suas respectivas situações, os mesmos poderão ser visualizados através do link: http://www.agenciapcj.org.br/web_app/maps-mobile/pap.htm

Mecanismo de Abatimento

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento>

Planos Diretores de Recursos Hídricos – Municípios Mineiros (CBH-PJ)

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/102-projetos/planos-diretores-de-recursos-hidricos-municipios-mineiros>

Projetos Concluídos

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/85-projetos/projetos-concluidos>

Relatório de Empreendimentos

No relatório de empreendimentos pode-se verificar o andamento de todos os projetos indicados e financiados com recursos das cobranças PCJ pelos Comitês. Para o acesso se faz necessário apenas digitar a sigla do tomador, como por exemplo, no caso de o tomador ser uma prefeitura basta digitar o nome do município (aparecerá uma informação de que é necessário indicar o período, porém ao dar OK é possível ter acesso ao gráfico da situação de todos os empreendimentos do referido tomador: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/70-projetos/relatorio-de-empreendimentos>.

Este link dá acesso ao Gráfico de Gantt em <http://agenciapcj.org.br/sci/gantt/filtroGantt.php>. Neste espaço é possível se ter acesso a mais informações sobre o empreendimento/ tomador, basta clicar no nome do tomador, à esquerda do gráfico.

✓ **Centro de Documentação – COMITÊS PCJ**

Todos os estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre as Bacias PCJ poderão ser acessados no site dos Comitês PCJ, através dos links relacionados abaixo:

Downloads diversos:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=172&Itemid=239

EIAs/RIMAS na área de atuação dos COMITÊS PCJ

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=118

Em Pauta nos Comitês: Aproveitamento Hídrico da Macrometrópole Paulista

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&Itemid=399

GT Estiagem 2015: Agenda

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=610&Itemid=403

Legislação

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=555&Itemid=240

Links diversos

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=386&Itemid=388

Produtos elaborados com recursos do Fehidro e das Cobranças PCJ:

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=61&Itemid=117

Publicações diversas sobre as Bacias PCJ

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=160&Itemid=376

Vídeos diversos

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=419&Itemid=394

e) 1A5 – PLANO DE APLICAÇÃO

Trata-se de relatório anual de acompanhamentos das ações executadas com os recursos das Cobranças nas Bacias PCJ e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro. No plano de aplicação PCJ consta as seguintes informações:

- Identificação do programa/subprograma em que a ação se enquadra;
- Objeto e valor da ação;
- Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de transferência) e financiamento, sendo no caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário;
- Código da ação no caso do Plano de Aplicação Plurianual;
- Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse), realização de licitação (quando houver), início das atividades e entrega do produto; prazos médios de execução;
- Andamento do cronograma físico-financeiro;
- Identificação dos principais atrasos e justificativas.

O Plano de Aplicação das Bacias PCJ referente ao ano de 2015 disponível no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, e poderá ser acessado através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/plano-aplicacao-indicador-1a-5.pdf>

f) 1A6 – CADASTRO DE USUÁRIOS

Neste item apresentamos, através de relatórios em separados, a relação de usuários das Bacias PCJ em cobrança cadastrados no CNARH em todos os domínios (Federal e Estaduais) e demais órgãos gestores.

Os relatórios apresentam nome/usuário, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado e estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, conforme segue <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/outorga-e-cadastro>.

- O Cadastro de Usuários em Cobrança Federal - 2015 pode ser acessado através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-cobranca-federal-2015.pdf>
- O Cadastro de Usuários em Cobrança Estadual Paulista - 2015 pode ser acessado através do Link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-cobranca-paulista-2015.pdf>
- O Cadastro de Usuários em Cobrança Estadual Mineira - 2015 pode também, ser acessado pelo Link: (home/instrumentos de gestão/ outorga e cadastro) <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-cobranca-mineira-2015.pdf>

g) 1A7 – COBRANÇA E ARRECADAÇÃO



Dados relacionados à cobrança e à arrecadação, no período de 2015, tais como o que é a cobrança, quais os valores cobrados, arrecadados e transferidos para a Entidade Delegatária, bem como os rendimentos financeiros auferidos, estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/cobranca-pelo-uso-da-agua>

Na página acima estão disponíveis outras informações, conforme seguem:

Folder de divulgação da Cobrança Paulista PCJ:

<http://issuu.com/pcjdigital/docs/foldersp10web>

Legislação Federal da Cobrança

- [Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ N.º 025/2005, de 21 de outubro de 2005](#)
- [Deliberação dos Comitês PCJ N.º 160/2012, de 14 de dezembro de 2012](#)
- [Resolução CNRH N.º 155/2007, de 09 de junho de 2014](#)
- [Resolução CNRH N.º 48/2005, de 21 de março de 2005](#)
- [Resolução CNRH N.º 78/2007, de 10 de dezembro de 2007](#)

Legislação Estadual Paulista da Cobrança

- [Decreto N.º 50.667/2006, de 30 de março de 2006](#)
- [Decreto N.º 51.449/2006, de 29 de dezembro de 2006 \(Revogado pelo Decreto 61.430/15\)](#)
- [Decreto N.º 61.430/2015, de 17 de agosto de 2015](#)
- [Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ N.º 048/2006, de 28 de setembro de 2006](#)
- [Deliberação dos Comitês PCJ N.º 160/2012, de 14 de dezembro de 2012](#)
- [Deliberação dos Comitês PCJ N.º 211/2014, de 26 de setembro de 2014](#)
- [Lei N.º 12.183/2005, de 29 de dezembro de 2005](#)
- [Portaria Agência PCJ N.º 01/2013, de 10 de janeiro de 2013](#)
- [Portaria DAEE N.º 2.292/2014, de 14 de dezembro de 2006](#)
- [Portaria DAEE N.º 717/1996, de 12 de dezembro de 1996](#)
- [Resolução Conjunta SERHS/SMA N.º 01/2006, 22 de dezembro de 2006](#)

Legislação Estadual Mineira da Cobrança

- [Decreto N.º 41.578, de 08 de março de 2001](#)
- [Decreto N.º 44.046, de 13 de junho de 2005](#)
- [Decreto N.º 44.945, de 13 de novembro de 2008](#)
- [Deliberação CERH-MG N.º 215, de 15 de dezembro de 2009](#)
- [Deliberação CERH-MG N.º 216, de 15 de dezembro de 2009](#)
- [Deliberação Normativa CERH-MG N.º 09, de 16 de junho de 2004](#)

- [Deliberação Normativa CERH-MG N.º 19, de 28 de junho de 2006](#)
- [Deliberação Normativa CERH-MG N.º 22, de 25 de agosto de 2008](#)
- [Deliberação Normativa CERH-MG N.º 23, de 12 de setembro de 2008](#)
- [Deliberação Normativa CERH-MG N.º 27, de 18 de dezembro de 2008](#)
- [Lei Estadual Mineira N.º 13.199, de 29 de janeiro de 1999](#)
- [Nota Técnica GECOB N.º 01, de 31 de março de 2010](#)
- [Portaria Igam N.º 038, de 21 de dezembro de 2009](#)
- [Portaria Igam N.º 45, de 20 de abril de 2010](#)
- [Resolução Conjunta ANA-IGAM N.º 779, de 20 de outubro de 2009](#)
- [Resolução Conjunta SEF-SEMAD-IGAM N.º 4.179, de 29 de dezembro de 2009](#)
- [Resolução Conjunta SEMAD-IGAM N.º 1.044, de 30 de outubro de 2009](#)
- [Resolução Conjunta SEMAD-SEPLAG-SEF-IGAM N.º 1.349, de 01 de agosto de 2011](#)

Simulador da cobrança pelo uso de recursos hídricos estadual:

http://www.agenciapcj.org.br/web_app/simcob/

Sistema de Cobrança PCJ – SISCOB MEDIÇÃO

<http://www.agenciapcj.org.br/siscob2016/index.php>

Dúvidas/Contato:

Pelos telefones (19) 3437-2108 ou (19) 3437-2109 ou pelo e-mail cobranca@agenciapcj.org.br

Além do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, tais informações também poderão ser acessadas através do site da Agência Nacional de Águas - ANA, através do Link:

http://www2.ana.gov.br/paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/baciapcj_arrecadacaoerepasse.aspx

h) 1A8 – CONTRATO DE GESTÃO

A) CONTRATOS:

Por tempo determinado, através do Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011, firmado em 24 de janeiro de 2011, com a Agência Nacional de Águas (ANA), a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ exerce as funções de Agência de Água, previstas nos artigos N.º 41 e N.º 44 da Lei Federal N.º 9.433/97, prestando apoio técnico, administrativo e financeiro para o bom funcionamento dos COMITÊS PCJ. Todas as informações a respeito dos Contratos de Gestão celebrados entre a ANA e a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ poderão ser visualizados através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/contrato-de-gestao>

Em janeiro de 2011 foi assinado o Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011 e o seu anexo, que poderá ser acessado através dos links:

Contrato de Gestão:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/contrato-003-2011.pdf>

Anexo:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/contrato-003-2011-anexos.pdf>.

Em abril de 2012 foi celebrado entre a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e a Agência Nacional de Águas o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011. O contrato prevê inicialmente que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ exerça as funções de Agência de Água como entidade delegatária pelo período de dez anos. O documento, assinado em 2012, poderá ser acessado pelo link:

Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/aditivo1_2011.pdf

B) PRESTAÇÕES DE CONTAS

Quanto as prestações de contas apresentadas, estas poderão ser acessadas através dos links abaixo relacionados:

Ofício N.º 428/2011 - Encaminhamento Minuta Termo Aditivo Contrato de Gestão 003/2011

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/oficios/oficio-428-11-minuta-termo-aditivo-contrato-gestao-003-2011.pdf>

Diário Oficial da União - Demonstrativo de execução físico-financeira

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/diarios-oficiais/dou-execucao-fisico-financeira-2014.pdf>

Ofício N.º 114/2015 - Encaminhamento Relatório do Contrato de Gestão 2014

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/oficios/oficio-114-15-relatorio-gestao-2014.pdf>

Ofício N.º 149/2015 - Encaminhamento Prestação de Contas exercício 2014

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/oficios/oficio-149-15-prestacao-contas-2014.pdf>

Quanto ao RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS referente ao CONTRATO DE GESTÃO 2015, este poderá ser acessado através do link:

O Relatório de Prestação de Contas referente ao Contrato de Gestão 2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-execucao-contrato-de-gestao-bacias-pcj-2015.pdf>

3.2.2. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
2A	PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL	<p>Para o exercício de 2012:</p> <ol style="list-style-type: none"> Elaboração de Proposta de Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016, contendo: <ul style="list-style-type: none"> Programas e subprogramas prioritizados no período, com alcance de metas para 2016, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas; Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte); e Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos. <p>Para o exercício de 2016:</p> <ol style="list-style-type: none"> Elaboração da Proposta de Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020, contendo: <ul style="list-style-type: none"> Programas e subprogramas prioritizados no período, com alcance de metas para 2016, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas; Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte); e Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos. <p>Para os exercícios de 2013 a 2020:</p> <ol style="list-style-type: none"> Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis: identificação dos recursos que podem ser acessados para aplicação na Bacia, de forma a se avaliar os investimentos em andamento e dimensionar os principais avanços e gargalos para a concretização do Plano de Recursos Hídricos da bacia. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber: <ul style="list-style-type: none"> Identificação do programa/subprograma em que a ação se enquadra; Objeto e valor da ação; Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de transferência) e financiamento; No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário; Código da ação no Plano de Aplicação Plurianual; Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto; Prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e, Identificação dos principais atrasos e justificativas.
2B	ENQUADRAMENTO	<p>Para o exercício de 2014:</p> <ol style="list-style-type: none"> Aprovação pelo CNRH do enquadramento dos corpos d'água interestaduais da bacia nas classes de uso
2C	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DAS BACIAS PCJ	<p>Relatório bianual de avaliação da execução das ações previstas no Plano (com recursos da cobrança pelos usos de recursos hídricos e outras fontes), descrevendo o cumprimento do cronograma de investimentos, contendo principalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> As providências adotadas pela CONTRATADA para a execução das ações previstas no Plano (inclusive articulação com outros entes do SINGREH); Identificação do programa/subprograma executados (descrevendo objeto e valor da ação) e deficiências encontradas; Recomendação de ações com vista à aceleração da implementação do Plano

AVALIAÇÃO		2A	2B	2C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	2	4	
2012	META	1	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2013	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2014	META	2	1	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2015	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2016	META	3	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2017	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2018	META	2	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2019	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2020	META	2	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS

Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual nos exercícios de 2012 e 2016; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios de 2013 a 2020, discriminados no detalhamento do indicador. Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para a Resolução CNRH publicada. Para o indicador 2C, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Relatório.

$$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$$

$$0 \leq NP \leq 10$$

$$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$$

3.2.2.1. INDICADOR 2A – PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL - PAP

Em 2012, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ elaborou o Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2013 a 2016, contendo: programas e subprogramas priorizados no período, com alcance de metas para até 2016, com os tipos de ações possíveis de serem financiadas; estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte e critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.

O Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016 foi analisado e aprovado pelos COMITÊS PCJ por meio da Deliberação dos COMITÊS PCJ N.º 163/2012, de 14 de dezembro de 2012, a qual se encontra publicada nos sites dos COMITÊS PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

A Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, de 14/12/2012, que institui o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016, poderá ser acessada, no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/2A - Plano de Aplicação Plurianual - Bacias PCJ - 2013-2016.pdf>

Em 2015, a Agência PCJ realizou a revisão dos valores apresentados no PAP aprovado em 2012, conforme previsto na Deliberação dos COMITÊS PCJ N.º 163/2012. Diante de tal necessidade, foi realizado o remanejamento de valores, conforme planilha anexa a este relatório.

A proposta de remanejamento de valores conforme os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, 475 Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2013- 2016, e deu outras providências, não ultrapassou 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016, cabendo aprovação somente pela CT-PB e CT-PL.

As atas de concordância e aprovação poderão ser acessadas no site dos Comitês PCJ através dos links:

- CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS (CT-PB) - Ata da 61ª Reunião Ordinária – Centro de Conhecimento da Água (CCA) – Campinas - SP 29/04/2014
<http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PB Ata 61 Ord 29-04-15.pdf>
- CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL) Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL - Consórcio PCJ – Americana/SP – 08/05/2015
<http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PL Ata 61 Ord 08-05-15.pdf>

No indicador 2A, para o exercício 2014, temos a destacar os seguintes relatórios:

a) 2A1 (2013-2020) - RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DAS FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS:



Desde 2013, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ vem realizando pesquisa de fontes de recursos financeiros para captação de recursos visando complementar os necessários para o atendimento das ações e metas previstas no Plano de Bacias PCJ 2010-2020. Na página dedicada à pesquisa de recursos financeiros podemos encontrar:

- Editais em vigência;
- Editais permanentes;
- Editais vencidos de 2013 a 2015.

As fontes pesquisadas e disponibilizadas poderão ser acessadas através do banner na página inicial do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, ou através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/298-fontes-recursos>.

Em 2015, como nos outros anos, a pratica não foi diferente. Uma vez por semana é feito um trabalho de busca por diferentes sites relacionados as fontes de recursos financeiros visando a identificação dos mesmos para a divulgação através do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e através de e-mails para todos os membros e cadastrados junto à Secretaria Executiva dos COMITÊS PCJ. Portanto, para 2015 o relatório a ser apresentado refere-se aos recursos identificados e divulgados que puderam ser acessados para aplicação nas Bacias PCJ.

Quanto a avaliação dos investimentos em andamento e dimensionamento dos principais avanços e gargalos para a concretização do Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ, estes estão relatados no relatório disponibilizado no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ que poderá ser acessado através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/relatorio-pesquisa-fontes-recursos-financeiros-2015.pdf>

ATENÇÃO: Conforme ORIENTADO, em reunião realizada na data de 13/08/2015, com o Sr. Osman/ANA, sobre o desenvolvimento das ações necessárias para o cumprimento das metas e indicadores 2015 do Contrato de Gestão, ficou acordado que a complementação das informações pertinentes ao indicador 2A1, ou seja, a **Avaliação dos Investimentos em Andamento com o Dimensionamento dos Principais Avanços e Gargalos para a Concretização do Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ**, serão apresentadas juntamente com as informações do Indicador 2C, num único relatório, pois tais informações se completam e também atendem as solicitações de ambos os indicadores.

b) 2A2 (2013-2020) - RELATÓRIO ANUAL ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO - COBRANÇA FEDERAL PCJ

Este indicador foi dividido em dois relatórios, sendo o primeiro relatório de acompanhamento dos empreendimentos executados com recursos da Cobrança Federal nas Bacias PCJ, através do Plano de Aplicação Plurianual - PAP PCJ 2013-2016, referenciando o ano de 2015 e o segundo relatório de acompanhamento dos empreendimentos de demanda espontânea deliberados pelos Comitês PCJ e contratados com recursos da Cobrança PCJ Federal. Os relatórios poderão ser acessados através dos seguintes links:

- PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP PCJ 2013/2016 – ANO 2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/plano-aplicacao-plurianual-2015.pdf>

- DEMANDA ESPONTÂNEA – ANO 2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/demanda-espontanea-2015.pdf>

c) 2C - RELATÓRIO BIANUAL DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS PCJ

O Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 é um documento vital para a gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Aprovado no ano de 2010 pelos Comitês PCJ, este documento é acompanhado de propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d'Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d'Água até o Ano de 2035. Nele se estudam cenários se delineiam as ações necessárias para recuperação e conservação dos recursos hídricos das bacias, conforme se detalha no primeiro tomo deste documento. Há que se registrar, contudo, a necessidade de acompanhamento permanente da condição dos cenários estudados e da execução das ações previstas no âmbito do plano. Dentre as metas estabelecidas no Contrato de Gestão 003/ANA/11, celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência das Bacias PCJ, figuram nas metas 2A e 2C tarefas que visam “avaliar os investimentos em andamento e dimensionar os principais avanços para concretização do plano” e “avaliação da execução das ações previstas no plano”. Em seu segundo tomo, este relatório, junto de seus respectivos complementos, visa subsidiar as discussões relativas à gestão da implantação do plano e atender as metas do Contrato de Gestão 003/ANA/11 acima relacionadas.

Ressalta-se, mais uma vez que conforme ORIENTADO, em reunião realizada na data de 13/08/2015, com o Sr. Osman/ANA, sobre o desenvolvimento das ações necessárias para o cumprimento das metas e indicadores 2015 do Contrato de Gestão, ficou acordado que a complementação das informações pertinentes ao indicador 2A1, ou seja, a **Avaliação dos Investimentos em Andamento com o Dimensionamento dos Principais Avanços e Gargalos para a Concretização do Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ**, serão apresentadas juntamente com as informações do Indicador 2C, num único relatório, pois tais informações se completam e também atendem as solicitações de ambos os indicadores.

O respectivo relatório denominado “Monitoramento e acompanhamento das metas do Plano de Bacias 2010-2020, nas ações relacionadas ao esgotamento sanitário para o período de 2013 a 2014 – Relatório Final”, poderá ser acessado através do seguinte link:

http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/monitoramento-e-acompanhamento-metas-plano-bacias-2010-2020_2015.pdf

3.2.3. INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
3A	ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.</p> <p>Fórmula de cálculo $ID (\%) = (VD / VR) * 100$</p> <p>Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual, até o limite de 100% VD = valor desembolsado, em reais por ano; VR = valor repassado, em reais por ano.</p>
3B	ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado acumulado neste Contrato (desde o primeiro repasse até o mês de apuração), e o valor acumulado repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.</p> <p>Fórmula de cálculo $IDA (\%) = (VDa / VRa) * 100$</p> <p>Sendo: IDA = Índice de Desembolso Acumulado; VDa = valor desembolsado acumulado, em reais; VRa = valor repassado acumulado, em reais.</p>
3C	AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELOS USUÁRIOS	<p>Aplicação de pesquisa sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação de relatório de avaliação dos resultados.</p>

AVALIAÇÃO		3A	3B	3C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	4	2	
2012	META	10	30	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2013	META	20	30	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2014	META	35	35	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2015	META	50	35	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2016	META	55	40	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2017	META	60	45	0	

AVALIAÇÃO		3A	3B	3C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	4	2	
2018	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
	META	65	50	1	
2019	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
	META	70	55	0	
2020	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
	META	75	60	0	

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS

Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador.

$$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$$

$$0 \leq NP \leq 10$$

$$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$$

a) 3A – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)

A Fundação Agência das Bacias PCJ assumiu, desde 2.011, as funções de Agência de Água para as Bacias PCJ. Em 2015, o índice de desembolso anual foi de **104,84%** em relação ao total repassado pela Agência Nacional de Águas – ANA, [valor repassado (exercício 2015) + rendimentos], conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Índice de Desembolso Anual (%) 2015:

Repases, rendimentos de aplicação financeira e desembolso							
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	PERÍODO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	DESEMBOLSO	Índice de Desembolso Anual
		jan/15	R\$ 0,00	R\$ 400.571,30	R\$ 400.571,30	R\$ 785.800,13	196,17%
		fev/15	R\$ 0,00	R\$ 427.856,77	R\$ 427.856,77	R\$ 1.921.099,82	449,01%
		mar/15	R\$ 87.524,95	R\$ 362.313,16	R\$ 449.838,11	R\$ 1.373.592,02	305,35%
		abr/15	R\$ 0,00	R\$ 464.906,02	R\$ 464.906,02	R\$ 1.357.779,63	292,05%
		mai/15	R\$ 3.801.570,27	R\$ 372.990,32	R\$ 4.174.560,59	R\$ 1.196.988,21	28,67%
		jun/15	R\$ 0,00	R\$ 472.994,52	R\$ 472.994,52	R\$ 3.403.650,03	719,60%

	jul/15	R\$ 3.363.887,96	R\$ 454.113,20	R\$ 3.818.001,16	R\$ 1.891.911,46	49,55%
	ago/15	R\$ 0,00	R\$ 479.653,12	R\$ 479.653,12	R\$ 2.219.713,47	462,77%
	set/15	R\$ 1.682.738,08	R\$ 506.440,28	R\$ 2.189.178,36	R\$ 1.298.190,50	59,30%
	out/15	R\$ 3.419.921,33	R\$ 463.865,20	R\$ 3.883.786,53	R\$ 2.846.717,14	73,30%
	nov/15	R\$ 0,00	R\$ 414.455,08	R\$ 414.455,08	R\$ 1.555.912,23	375,41%
	dez/15	R\$ 2.892.403,81	R\$ 489.744,99	R\$ 3.382.148,80	R\$ 1.701.456,17	50,31%
	TOTAL	R\$ 15.248.046,40	R\$ 5.309.903,96	R\$ 20.557.950,36	R\$ 21.552.810,81	104,84%

A seguir apresenta-se a tabela 2 com os percentuais referentes ao desempenho da Agência das Bacias PCJ nos anos de 2006 a 2015.

Tabela 2 – Desempenho da Agência das Bacias PCJ em relação a meta contratual (%):

Quadro de Desempenho da Agência em Realização a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Anual	Desempenho Anual
2006	0%	14,82%	-
2007	0%	22,27%	-
2008	0%	25,20%	-
2009	0%	39,06%	-
2010	0%	54,32%	-
2011	0%	57,37%	-
2012	10%	109,81%	1098%
2013	20%	93,70%	469%
2014	35%	74,77%	214%
2015	50%	104,84%	210%

OBS: Para os anos de 2006 a 2011 não existiam o indicador de desembolso anual.

As informações apresentadas neste indicador estão disponíveis no site da Agência PCJ através do link <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/desembolso-anual-2015.pdf>

b) 3B – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%)

A Fundação Agência das Bacias PCJ assumiu, a partir de 2.011, as funções de Agência de Água para as Bacias PCJ. Em 2.015, o índice de desembolso acumulado foi de **64%** em relação ao total repassado pela Agência Nacional de Águas - ANA (valor repassado + rendimentos), conforme Tabela 1.

Tabela 3 – Índice de Desembolso Acumulado (%) 2015:

Repases, rendimentos de aplicação financeira e desembolso								
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3B) Índice de Desembolso Acumulado	PERÍODO (ano)	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	DESEMBOLSO	Índice de Desembolso Acumulado	
		2006	R\$ 10.366.779,37	R\$ 405.414,95	R\$ 10.772.194,32	R\$ 1.596.813,88	15%	
		2007	R\$ 13.599.321,85	R\$ 1.322.359,22	R\$ 14.921.681,07	R\$ 3.323.304,94	19%	
		2008	R\$ 17.038.837,82	R\$ 2.585.485,71	R\$ 19.624.323,53	R\$ 4.944.355,14	22%	
		2009	R\$ 16.955.757,89	R\$ 3.063.268,68	R\$ 20.019.026,57	R\$ 7.818.897,93	27%	
		2010	R\$ 17.608.136,90	R\$ 4.024.991,40	R\$ 21.633.128,30	R\$ 11.750.662,60	34%	
		2011	R\$ 16.525.414,95	R\$ 4.069.349,03	R\$ 20.594.763,98	R\$ 11.814.946,86	38%	
		2012	R\$ 18.116.075,82	R\$ 4.147.634,17	R\$ 22.263.709,99	R\$ 24.448.572,39	51%	
		2013	R\$ 17.376.022,21	R\$ 3.916.945,79	R\$ 21.292.968,00	R\$ 19.951.264,96	57%	
		2014	R\$ 18.499.312,64	R\$ 4.485.629,10	R\$ 22.984.941,74	R\$ 17.251.220,58	59%	
		2015	R\$ 15.248.046,40	R\$ 5.309.903,96	R\$ 20.557.950,36	R\$ 21.552.810,81	64%	
		TOTAL	R\$ 161.333.705,85	R\$ 33.330.982,01	R\$ 194.664.687,86	R\$ 124.452.850,09	64%	
		Saldo	70.211.837,77					

Na tabela 4, seguem com os percentuais referentes ao desempenho da Agência das Bacias PCJ nos anos de 2006 a 2015.

Tabela 4 – Desempenho da Agência das Bacias PCJ em relação a meta contratual (%):

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO (ano)	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Acumulado	Desempenho Acumulado
2006	0%	15%	-
2007	0%	19%	-
2008	18%	22%	121%
2009	23%	27%	118%
2010	45%	34%	75%
2011	40%	38%	96%
2012	30%	51%	169%
2013	30%	57%	189%
2014	35%	59%	169%
2015	35%	64%	183%

OBS: Para os anos de 2006 a 2007 não existiam o Índice de desembolso acumulado e sim o valor contratado sobre o valor repassado.

As informações apresentadas no indicador 3B poderão ser acessadas através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/indice-acumulado-2015.pdf>

c) 3C – AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELOS USUÁRIOS

Em 2010, quatro anos após a implantação da Cobrança Federal em rios de domínio da União nas Bacias PCJ, a Agência Nacional de Águas (ANA), contratou a empresa Foco Opinião e Mercado, de Florianópolis (SC) para a aplicação de um questionário que pudesse avaliar a eficácia e eficiência da cobrança como instrumento de gestão de recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ), atribuição prevista pela Política Nacional de Recursos Hídricos.

Coube então ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ, que na época exercia as atividades de Entidade Delegatária nas Bacias PCJ (AGÊNCIA DE ÁGUA PCJ), a contratação dos serviços de análise de consistência da pesquisa para a referida avaliação da efetividade da cobrança como instrumento de recursos hídricos. Para tanto a empresa Centro/ABRIL Pesquisas foi então contratada, para “analisar a consistência, verificar a confiabilidade, a validade do instrumento inicial (questionário) e o ajuste do instrumento sob o tema Avaliação da Efetividade da Cobrança como Instrumento de Gestão de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e a aplicação em uma amostra significativa (estatisticamente) do universo de usuários e a validação dos respectivos resultados”, além de posterior análise estatística dos questionários definitivos que ainda serão aplicados pela ANA. Os resultados desta pesquisa poderão ser acessados em <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/pesquisa-gestao-rh-bacias-pcj-2010.pdf>

Em 2011, as atividades de Entidade Delegatária já estavam a cargo da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, sob um novo Contrato de Gestão (Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011). Em abril de 2012, o Primeiro Termo Aditivo foi assinado trazendo alterações tanto nas cláusulas do Contrato de Gestão como no Programa de Trabalho. Dentro das alterações propostas para o Indicador 3 – Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, o critério 3C - Avaliação da Cobrança pelos Usuários, previa a realização de uma nova pesquisa, como meta do Programa de Trabalho. Esta avaliação, segundo o cronograma do Programa de Trabalho, deveria ter sido aplicada em 2014. O adiamento da avaliação foi uma recomendação da Comissão de Acompanhamento de Contratos de Gestão e Termos de Parceria (CACG), da Agência Nacional de Águas (ANA), conforme orientação do Informe N.º 05 de 16 de junho de 2014.

Segue abaixo um pequeno histórico dos Informes entre a ANA e as Entidades Delegatárias sobre a realização da pesquisa e a justificativa de seu adiamento para 2015:

- **Informe N.º 02/2014, de 01 de abril de 2014** - a ANA enviou para conhecimento das Entidades Delegatárias que deveriam aplicar a pesquisa (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, AGEVAP, AGB Peixe Vivo e a IBIO) a minuta de questionário para avaliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos. Neste informe a ANA também solicita contribuições como sugestões e críticas para a finalização do questionário até a data de 11 de abril e ressalta os procedimentos metodológicos para a pesquisa.
- **Informe N.º 03 de 03 de abril de 2014** - adia as contribuições para 23 de abril de 2014.

- **Informe N.º 04 de 25 de abril de 2014** - consolida e encaminha o questionário para avaliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- **Informe N.º 05 de 16 de junho de 2014** - adia a avaliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos para 2015. Conforme o informe, “por motivos supervenientes, esta CACG, ouvida a coordenação da CAVCG, recomenda o adiamento dessa meta para 2015. O adiamento proposto da referida Meta para as EDs supracitadas permitirá a uniformização temporal da aplicação do questionário por todas as EDs que atuam em bacias hidrográficas onde há cobrança pelo uso de recursos hídricos. Ademais, julgou-se inoportuna a realização dessa ação durante o 2º semestre do corrente ano, devido a coincidência com a realização de grandes eventos, como Copa do Mundo e período eleitoral, de forma que pudessem ser prejudicadas tanto a contratação de empresa para aplicação da pesquisa, como dificultadas a localização e disposição da pessoa cadastrada no CNARH para preenchimento do questionário. Este Informe N.º 05/2014 de 16 de junho de 2014 retifica os Informes Números 02/2014, 03/2014 e 04/2014”.
- **Informe N.º 04 de 26 de março de 2015** - traz as seguintes orientações: “No intuito de consolidar um questionário a ser aplicado por todas as EDs, e pactuar procedimentos metodológicos, encaminhamos em anexo uma proposta de questionário, bem como seguem alguns pontos acerca da forma de aplicação dessa pesquisa. Solicitamos que apresentem suas considerações até 8 de abril de 2015. Quanto ao questionário, entendemos que deve haver uma estrutura mínima comum, para possibilitar análise e comparação entre as quatro bacias hidrográficas. No entanto, caso julguem oportuno e/ou necessário, podem haver questões adicionais para tratar de assuntos específicos, conforme cada caso”.
- **Informe N.º 06 de 23 de abril de 2015** - com o assunto “Avaliação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos – meta contratual”, traz para conhecimento das Entidades Delegatárias as orientações metodológicas para a aplicação da pesquisa.

Em setembro de 2015, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ contratou a empresa CW7 Instituto de Pesquisas Ltda. para a realização da pesquisa junto aos usuários de recursos hídricos. Esta pesquisa tem por objetivo ser mais completa que anterior, pois vai avaliar não apenas os usuários em cobrança de rios da União, mas também usuários em cobrança de rios paulistas e mineiros.

O relatório com os resultados da Avaliação da Cobrança pelos Usuários – 2015 podem ser acessados através do link:

- Avaliação da Cobrança pelos Usuários FEDERAL - 2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/pesquisa-usuarios-federais-2015.pdf>

- Avaliação da Cobrança pelos Usuários em Cobrança ESTADUAL PAULISTA - 2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/pesquisa-usuarios-paulistas-2015.pdf>

- Avaliação da Cobrança pelos Usuários ESTADUAL MINEIRA – 2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/pesquisa-usuarios-mineiros-2015.pdf>

3.2.4. INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
4A	ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Fornecimento do serviço de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas, e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira (exceto feriados). Deverá ser fornecido também serviço de atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.
4B	CADASTRO DE USUÁRIOS	Manter atualizado o cadastro dos usos e usuários de recursos hídricos de corpos de água interestaduais na bacia, e apresentar Relatório Anual com o estado da arte do cadastro

AVALIAÇÃO		4A	4B	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		5	5	
2012	META	12	0	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2013	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2014	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2015	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2016	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2017	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2018	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2019	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2020	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário.
Para o indicador 4B, será atribuído 1 ponto para a apresentação do Relatório.
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$

a) INDICADOR 4A - ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, em 2015, realizou atendimentos aos usuários das Cobranças Federal e Estadual Paulista. Para esclarecimentos, os atendimentos aos usuários da Cobrança Estadual Mineira, não são realizados pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Neste caso, os atendimentos aos usuários são realizados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) que é o órgão arrecadador da Cobrança Estadual Mineira e também pelo fato da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ não ser entidade equiparada das funções de Agência de Bacias.

A Central de Atendimento aos Usuários das Cobranças PCJ está estruturada na AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e em perfeito funcionamento desde o segundo semestre de 2011. Os atendimentos iniciaram-se primeiramente aos usuários da Cobrança Estadual Paulista e, posteriormente, em janeiro de 2012, aos usuários da Cobrança Federal, conforme meta estabelecida no Indicador 4A do Primeiro Termo Aditivo - Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011 - ano 2013.

O período de atendimento é de segunda a sexta-feira, exceto feriados e finais de semana, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30. Quanto aos meios de contatos e atendimentos, estes são realizados por meio de ofício, telefonemas, via mensagem eletrônica e atendimento pessoal.

Os atendimentos aos usuários em cobrança eram registrados em planilhas do editor Microsoft Excel, conforme processo metodológico desenvolvido internamente. Por meio destas planilhas, era possível computar os atendimentos realizados por dia, por semana, mês e ano, bem como, registrar o assunto, o usuário (por meio de razão social, nome do contato, e-mail e telefone), nome do atendente e data do atendimento. Em 2015 os dados passaram a serem organizados em um aplicativo desenvolvido pela FGA Tecnologia e Sistemas Ltda, empresa do ramo de tecnologia de gestão administrativa. O uso deste aplicativo trouxe maior agilidade e segurança no controle de atendimento aos usuários, assim como na organização dos dados e na preparação do relatório de atendimento. **Quanto aos atendimentos realizados, todos foram devidamente solucionados.**

O relatório com os registros de atendimentos realizados aos Usuários das Cobranças Federal e Estadual Paulista, em 2015 pode ser acessado através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/relatorio-atendimento-cobranca-2015.pdf>

b) INDICADOR 4B - CADASTRO DE USUÁRIOS

Para 2015, como meta deste indicador 4B, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ apresenta o relatório com o estado da arte dos cadastros dos usos e usuários em Cobrança Federal, Cobrança Estadual Paulista e Cobrança Estadual Mineira, das Bacias PCJ.

O relatório sobre o estado da arte dos cadastros poderá ser acessado através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/cadastro-usuarios-estado-arte-2015.pdf>

3.2.5. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
5A	RECONHECIMENTO SOCIAL	<p>Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições, aplicada junto aos COMITÊS PCJ, conforme metodologia a ser definida pela ANA em conjunto com os órgãos gestores estaduais, tendo por foco:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do contrato de gestão; • Ações tomadas com vista à implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia • Atuação como secretaria-executiva dos COMITÊS PCJ.

AVALIAÇÃO	5ª		NOTA FINAL (NF)
	PESO		
	1		
2012	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2013	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2014	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2015	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2016	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2017	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2018	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2019	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2020	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS

Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros dos COMITÊS PCJ, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez).

Média maior ou igual a 9 é considerada 10

Média maior ou igual a 8 é considerada 9

Média maior ou igual a 7 é considerada 8

Média maior ou igual a 6 é considerada 7

Média inferior a 6 - valor apurado será igual à média calculada

$$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$$

$$0 \leq NP \leq 10$$

$$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$$

a) INDICADOR 5A - RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE O DESEMPENHO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA

De acordo com o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011 é necessário avaliar as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ durante o período, 2015. Para tal, foi utilizada a mesma metodologia adota em 2014, de acordo com as instruções repassadas pela Agência Nacional de Águas, através do Informe N.º 007, de 26/09/2014, com objetivo de verificar a satisfação ao Sistema de Gestão realizado pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, conforme exposto no link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/pesquisa-reconhecimento-social-2015-metodologia.pdf>

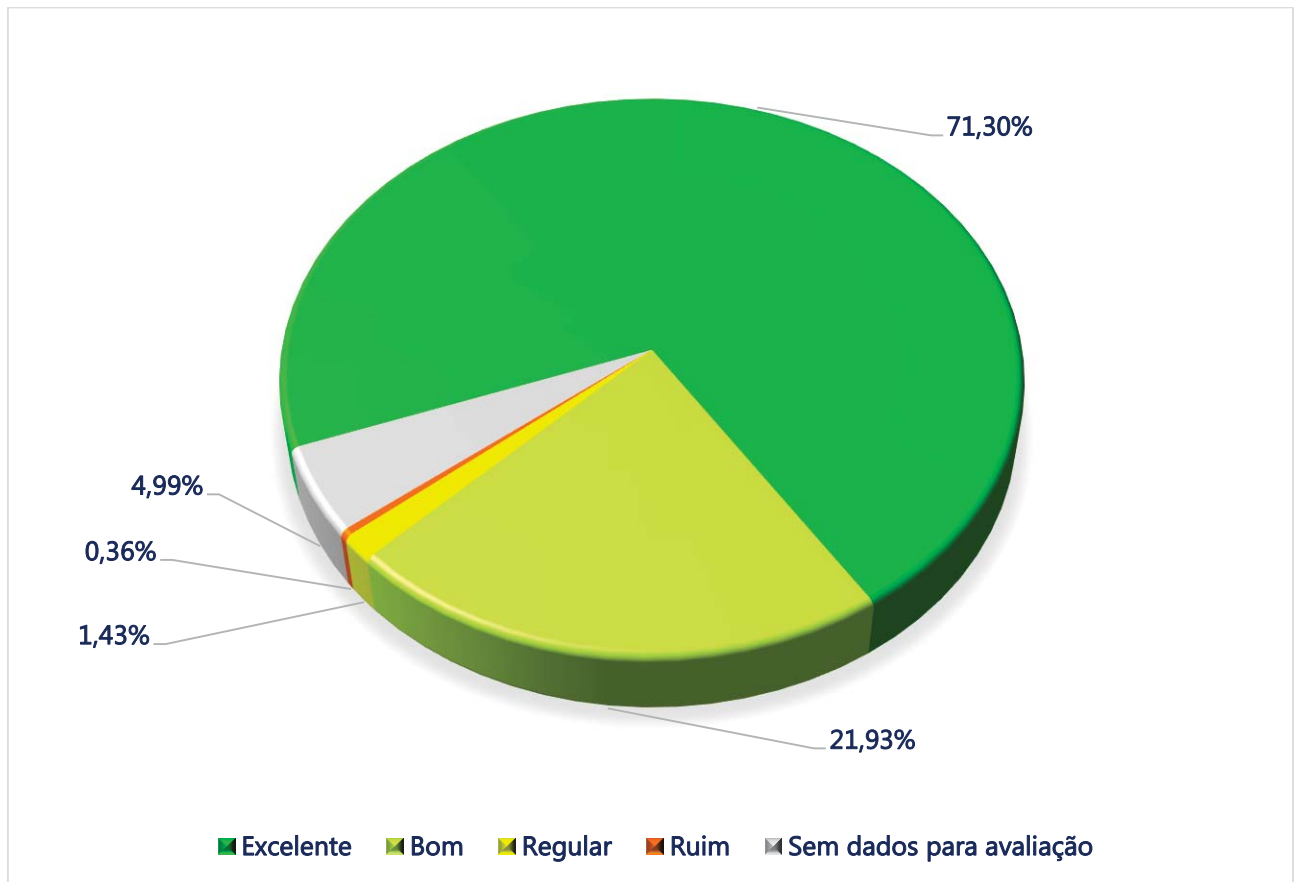
Conforme orientado pelo ANA, os questionários para realização de pesquisa foram distribuídos em 23 de outubro de 2015, durante a 14ª Reunião Extraordinária dos COMITÊS PCJ (Reunião Plenária dos CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ), na cidade de Atibaia (SP), para a avaliação das atividades da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, para os membros titulares e suplentes dos Plenários dos respectivos comitês. O questionário poderá ser acessado através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/pesquisa-reconhecimento-social-2015-questionario.pdf>

Para efeito de cumprimento das metas do Contrato de Gestão, foram considerados os questionários preenchidos por 44 membros titulares em plenário e 7 membros suplentes em plenários dos COMITÊS PCJ, totalizando 51 (cinquenta e um) questionários respondidos.

Para o tratamento dos dados foi utilizado o editor de planilhas Microsoft Excel 2013, no qual foram internalizados e processados os dados referentes à pesquisa em questão.

Segundo a pesquisa, 71,30% das respostas obtidas, aos membros dos COMITÊS PCJ, consideraram a atuação da Fundação Agência das Bacias PCJ como EXCELENTE, 21,93% consideram como BOA e 1,43% avaliam como REGULAR. Dos dados extraídos da pesquisa apenas 0,36% avaliaram como RUIM o desempenho da Entidade Delegatária. Das respostas colhidas, 4,99% estavam em BRANCO, portanto não apresentaram dados para avaliação.

Gráfico N.º 1 - Percentuais referentes às notas atribuídas nas questões objetivas pelos membros Titulares e Suplentes dos COMITÊS PCJ – 2015



A nota final atribuída Fundação Agências das Bacias PCJ, como entidade delegatária, com relação às Questões Objetivas a Entidade Delegatária (Questões do Grupo 2 do questionário), foi de **9,02**. Segundo o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão N.º 003/ANA/2011, página 21, do Indicador N.º 5, indica que quando a média for maior ou igual a 9 será a nota final será considerada como 10.

A compilação dos dados, bem como o resultado final poderão ser visualizados através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/pesquisa-reconhecimento-social-2015-resultado.pdf>

4. JUSTIFICATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS NO ANO ANTERIOR A DO EXERCÍCIO ATUAL:

As justificativas para os casos de não atendimento da meta são sempre descritas nos respectivos itens específicos, apresentados neste relatório. Portanto, seguem as informações a respeito das disfunções registradas durante o processo do exercício de 2014 e ressaltamos que as devidas correções e inclusões foram realizadas, conforme seguem:

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES - INDICADOR 1

Análise da Comissão

Comentário 1: no que se refere ao item 3 do indicador 1A, o Programa de Trabalho do Contrato de Gestão prevê a disponibilização da Legislação de Recursos Hídricos: leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de SP e MG; portarias dos órgãos gestores estaduais; resoluções da ANA, do CNRH e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos que tenham pertinência com as atividades definidas no Plano de Recursos Hídricos da bacia, contrato de gestão, cadastro e cobrança”. Entretanto, esses documentos normativos não foram encontrados no endereço de internet dos Comitês PCJ, sendo que a última atualização das resoluções do CNRH data de 2007 e a última atualização das resoluções da ANA são de 2004. No site da Agência PCJ a situação é melhor, mas também não é satisfatória.

Diante disto ressalta-se que no Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão, página 12, indicador 1A diz o seguinte: “Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do Comitê **OU** da contratada”. Portanto os conteúdos não localizados na página da contratada estarão disponíveis na página dos Comitês PCJ. Porém, em reunião interna ficou acordado que os assuntos diretamente relacionados aos Comitês PCJ ficarão disponíveis em seu site e assuntos que envolvem além dos Comitês PCJ também a Agência das Bacias PCJ esses estarão disponibilizados em ambos os sites, ou seja, no site dos Comitês e da Agência das Bacias PCJ.

Quanto a atualização do site dos Comitês PCJ com relação as resoluções do CNRH e da ANA, informamos as mesmas foram realizadas e poderão ser verificadas através dos links:

Resoluções ANA

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=556:legislacao-resolucoes&catid=134:legislacao&Itemid=240

Resoluções CNRH - CERH/MG – CRH/SP

http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=635:legislacao-deliberacoes&catid=134:legislacao&Itemid=240

Análise da Comissão

Comentário 2: sem prejuízo a inclusão de outros normativos, foi identificada a ausência das seguintes resoluções:

• RESOLUÇÕES CNRH

- [Resolução CNRH N.º 145/2012](#), (12/12/2012) - Estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências.
- [Resolução CNRH N.º 141/2012](#), (10/07/2012) - Estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, em rios intermitentes e efêmeros, e dá outras providências.
- [Resolução CNRH N.º 140/2012](#), (21/03/2012) - Estabelece critérios gerais para outorga de lançamento de efluentes com fins de diluição em corpos de água superficiais.
- [Resolução CNRH N.º 126/2011](#), (29/06/2011) - Estabelece diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.
- [Resolução CNRH N.º 109/2010](#), (13/04/2010) - Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União-UGRHs e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia.
- [Resolução CNRH nº 91/2008](#), (05/11/2008) - Dispõe sobre procedimentos gerais para enquadramento dos corpos de água superficiais e Subterrâneos.

• RESOLUÇÕES ANA

- [Resolução ANA N.º 2018/2014](#), (15/12/2014) - Ato Normativo - Dispõe sobre o enquadramento das despesas a ser observado pelas entidades delegatárias de funções de Agência de Água, referentes à aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União, no âmbito dos contratos de gestão firmados nos termos da Lei nº 10.881 de 9 de junho de 2014.
- [Resolução ANA N.º 2019/2014](#), (15/12/2014) - Ato Normativo - Estabelece procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de Agências de Água para a seleção e recrutamento de pessoal, e dá outras providências.

• RESOLUÇÕES CONJUNTAS

- [Resolução Conjunta ANA/DAEE N.º 335/2014](#), (05/03/2014) - Dispões sobre as condições especiais de operação dos reservatórios Jaguari-Jacareí, Cachoeira e Atibainha, localizados na bacia do Rio Piracicaba, pertencentes ao Sistema Cantareira, em complemento à Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 428/2004.
- [Resolução Conjunta ANA/DAEE N.º 336/2014](#), (05/03/2014) - Dispõe sobre a suspensão temporária da concessão de outorgas de captações de águas superficiais na área paulista das bacias hidrográficas dos rios Jaguari e Atibaia, formadores do Rio Piracicaba.

Análise da Comissão

1A4 - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

A Entidade Delegatária alcançou parcialmente a meta estabelecida e houve comentários:

Comentário 3: no que se refere ao item 4 do Indicador 1A, o programa de trabalho do Contrato de Gestão prevê o tema “Centro de Documentação” a disponibilização de “Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia”. Em função disso e apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ para a criação do denominado “Mapa dos Projetos”, este importante e inovador instrumento de informação aparentemente deixou de ser atualizado no endereço eletrônico da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

Resposta da Entidade Delegatária Em resposta a este comentário o “Mapa dos Projetos” vem sendo constantemente atualizado e poderá ser verificado através do link - <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mapa-dos-projetos>. Ressalta-se que as informações pertinentes aos empreendimentos do PAP-PCJ 2013-2016 estão sendo incluídos gradualmente no site da Agência das bacias PCJ e poderá ser verificado em: http://www.agenciapcj.org.br/web_app/maps-mobile/pap.htm.

PLANEJAMENTO E GESTÃO - INDICADOR 2

2A2 - 2A2 - RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA

Análise da Comissão:

A Entidade Delegatária alcançou parcialmente a meta estabelecida.

Comentário 1: embora a forma de apresentação dos dados e informações dessa meta seja muito positiva uma vez que foi realizada de forma sintética e de fácil compreensão, não foram encontrados comentários qualitativos com o balanço crítico de cada situação, com a identificação dos atrasos e respectivas justificativas.

A recomendação foi para que nos futuros relatórios comentários qualitativos como balanço crítico de cada situação, com a identificação dos atrasos e respectivas justificativas. Portanto, para 2015, a entidade delegatária apresentou tomou os devidos cuidados conforme recomendado, os quais poderão ser verificados nos relatórios dos empreendimentos do PAP-PCJ 2013-2016 <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/plano-aplicacao-plurianual-2015.pdf> e de demanda espontânea <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/demanda-espontanea-2015.pdf>

5. RELATÓRIO CONTRATO DE GESTÃO 2015

Os demonstrativos e documentos que comprovam o alcance das metas e objetivos estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-execucao-contrato-de-gestao-bacias-pcj-2015.pdf>

Piracicaba, janeiro de 2016

AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

Entidade Delegatária de funções de Agência de Água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, conforme previsto na Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, Lei N.º 9.433, de 1997.

6. ANEXOS

6.1. ANEXO I: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ – 2015



O relatório das atividades da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ – 2015, poderá ser acessado através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-de-atividades-2015.pdf>

6.2. ANEXO II: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DOS COMITÊS PCJ – 2015

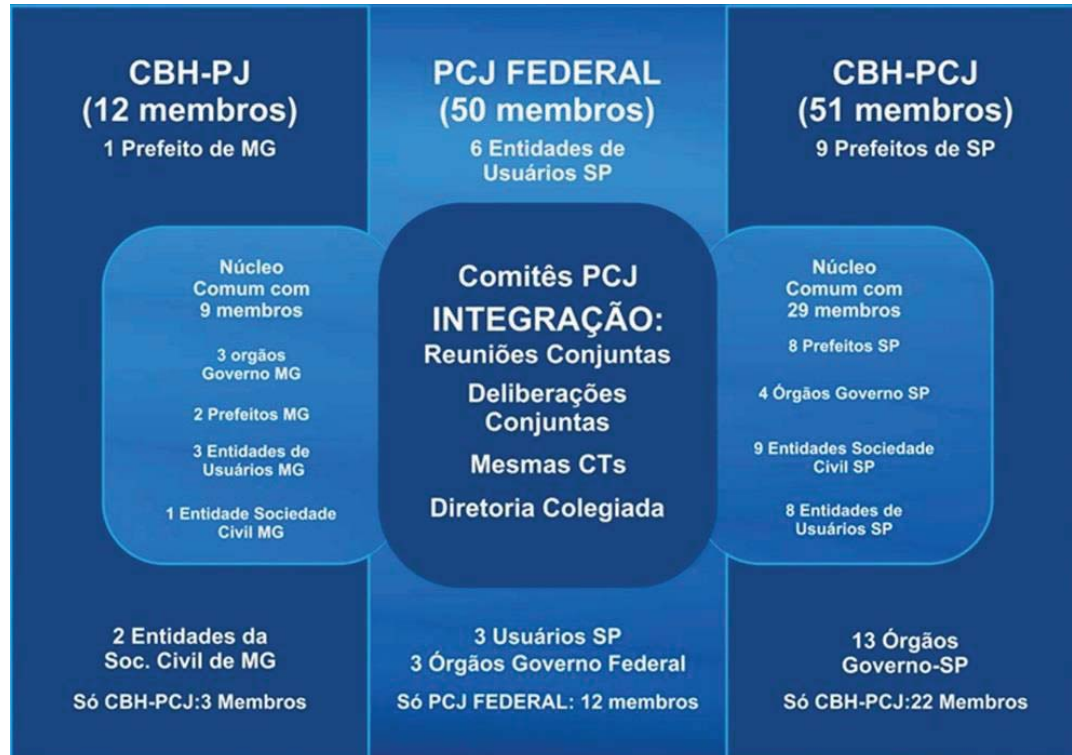


COMITÊS PCJ

Seu objetivo é promover debates e estabelecer metas e ações para o ideal gerenciamento dos recursos hídricos compreendidos em sua área de abrangência. Para tanto, é fundamental que os Comitês PCJ ajam da forma como vêm sendo feito: integrados, sem discrepâncias em relação aos níveis qualitativos ou quantitativos das respectivas bacias.

Buscando sempre a convergência das decisões desses colegiados, como forma de garantir o desenvolvimento e a continuidade da gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, a gestão é descentralizada e participativa. Entre outros pontos relevantes que marcam a história dos Comitês PCJ, está a forte participação da comunidade que pode se integrar aos Comitês por meio de suas 12 Câmaras Técnicas.

Imagem N.º 2: Composição dos COMITÊS PCJ



Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

6.1.1. EM TERMOS PRÁTICOS

Mas, o que de prático se discute nos Comitês de Bacias?

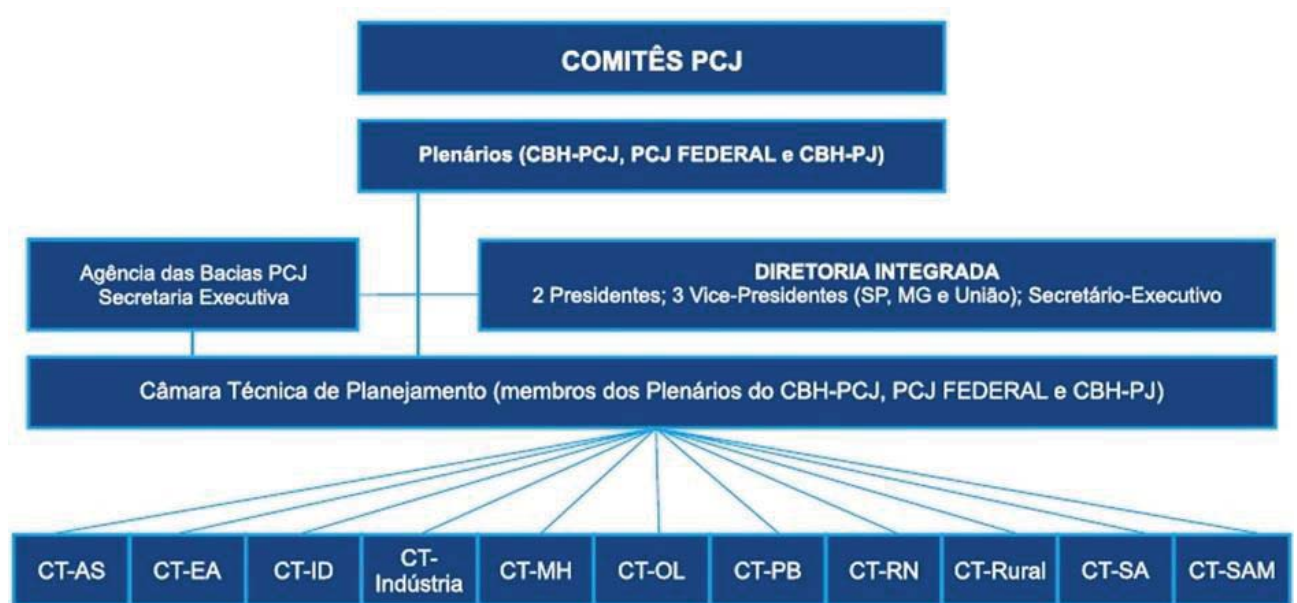
A resposta é: toda e qualquer ação, proposta ou projeto que verse sobre o bom uso, preservação e manutenção de infraestrutura ligada à captação e abastecimento de recursos hídricos. Outro aspecto importante é que participam desses Comitês representantes dos poderes públicos, de usuários de recursos hídricos das bacias hidrográficas e representantes das comunidades.

Os Comitês das Bacias PCJ permitem a descentralização das tomadas de decisões pelos governos federal e estaduais de São Paulo e Minas Gerais; seus membros se reúnem três ou quatro vezes ao ano para discutir e decidir sobre as questões relativas à gestão e aos usos múltiplos dos recursos hídricos na sua área de atuação, além de dar prioridades na aplicação de recursos financeiros oriundos das Cobranças pelo Uso dos Recursos Hídricos e do Fehidro, no estado de São Paulo.

Os Comitês de Bacias não possuem personalidade jurídica, portanto, não têm CNPJ, bens e funcionários, utilizando estruturas físicas e equipe técnica de seus membros (órgãos estaduais, municipais, ONGs etc.) por meio das Câmaras Técnicas. Trata-se de um colegiado com caráter deliberativo e que tem seu Plano de Bacia como o grande instrumento de gestão onde constam as ações a serem executadas, os respectivos custos e prazos.

Os comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da União possuem a seguinte composição: representantes do poder executivo federal, estaduais e municipais (máximo 40%); representantes dos usuários (40%); e representantes de organizações civis (mínimo 20%). A composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio estadual é regulamentada pelas respectivas leis de cada estado. No estado de São Paulo, os Comitês de Bacia são tripartites, sendo: poder executivo estadual (1/3); poderes executivos municipais (1/3) e sociedade civil (1/3). O segmento da sociedade civil é dividido entre os usuários, ONGs, universidades, sindicatos e associações técnicas. Em Minas Gerais, os Comitês de Bacias possuem quatro segmentos com igual número de votos: poder executivo estadual (1/4); poder executivo municipal (1/4); usuários de recursos hídricos (1/4) e organizações civis (1/4). Os Comitês PCJ, por representarem um conjunto de três Comitês de Bacias (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ) possuem um plenário diferenciado e integrado, decorrente da composição dos plenários de cada um desses Comitês, conforme mostra a Imagem N.º 2.

Imagem N.º 3: Organograma dos Comitês PCJ



Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

Nota N.º 1

Os Comitês PCJ apresentam em sua estrutura, seus respectivos plenários (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ), que trabalham de forma integrada e é a instância máxima deste colegiado para a tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ. A diretoria é integrada para os três Comitês (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ).

A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, atua como instância preliminar na apreciação de programas de ação, financiamentos e assuntos de interesse regional e na proposição para a priorização de projetos, obras e ações voltados a gestão dos recursos hídricos.

A estrutura dos Comitês PCJ conta com mais 11 Câmaras Técnicas, que subsidiam as decisões dos plenários, em particular os trabalhos das próprias câmaras, grupos técnicos e da secretaria executiva no âmbito das Bacias PCJ.

A Fundação Agência das Bacias PCJ, exerce o papel de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira dos recursos arrecadados com as Cobranças PCJ e Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - Fehidro.

6.1.2. A ATUAÇÃO DOS COMITÊS PCJ EM 2015

Os Comitês PCJ vêm trabalhando na gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, aperfeiçoando, a cada ano, o conjunto de procedimentos que fornece as diretrizes gerais, subsidiando assim as tomadas de decisões e gerenciando os conflitos dentro de sua unidade hidrográfica.

6.1.3. AS REUNIÕES DOS COMITÊS PCJ

São realizadas, em média, três reuniões anuais da instância máxima nas Bacias PCJ, que são as chamadas plenárias dos Comitês PCJ. Estas, se configuram como as principais orientadoras para a implantação de um processo decisório participativo a fim de assegurar benefícios para toda a coletividade. Nesses encontros, são deliberadas todas as ações, regras e compromissos que as Câmaras Técnicas, tomadores de recursos, prefeituras, serviços de saneamento, empresas, ONGs e diversos membros da sociedade civil organizada deverão cumprir frente à preservação e conservação dos recursos hídricos da nossa região.

Confira, abaixo, quadro com as datas e os locais de realização das quatro Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos Comitês PCJ realizadas em 2015.

Data	Município
27 de março	Piracicaba (SP)
12 de agosto	Bragança Paulista (SP)
23 de outubro	Atibaia (SP)
04 de dezembro	Piracicaba (SP)

Essas reuniões marcaram a análise, aprovação e ratificação de pontos importantes discutidos no âmbito dos Comitês PCJ, que foram:

- Eleição e posse de membros e diretoria, do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL para o mandato 2015-2017
- Criação do GT “Operação Estiagem 2015”;
- Apreciação dos Planos de Trabalhos Anuais (PTA) das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;
- Deliberação da transferência de recursos de investimento do Fehidro, orçamento de 2015, para realização do XIII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos;
- Apresentação do Relatório Anual da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2015 - ano base 2014;
- Autorização a Fundação Agência das Bacias PCJ - Agência PCJ a celebrar convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, para repasse e utilização dos recursos financeiros oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira);
- Indicação de programas e subprogramas para o processo de consulta pública do CNRH sobre as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos;
- Apreciação do parecer da CT-OL sobre pedido de mudança da classe de rios, feito pela P. M. de Vargem;
- Definição do cronograma e regras para seleção de empreendimentos de demanda espontânea (projetos municipais sem relação com iniciativas dos Comitês PCJ) visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro e das Cobranças PCJ

(Federal, Paulista e Mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2016;

- Aprovação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária da Fundação Agência das Bacias PCJ para o exercício 2016;
- Aprovação da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ;
- Referenda do Parecer Técnico do GT-Empreendimentos sobre o empreendimento Projeto de Implantação da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacias PCJ);
- Referenda a Proposta Substitutiva de Minuta de Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo - CRH sobre os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo;
- Aprovação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ;
- Discussão e manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2015;
- Eleição de membros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ;
- Revisão das atribuições das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;
- apreciação das propostas do GT-Critérios: Distribuição de Recursos 2016.

6.1.4. CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ

As Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ foram criadas por meio de deliberações específicas dos plenários dos Comitês PCJ para um determinado fim, e são regidas por normas gerais instituídas pelos plenários e por seus respectivos regimentos internos. Atualmente, os Comitês PCJ contam com 12 Câmaras Técnicas, formadas por equipes colegiadas, de caráter consultivo, podendo ser permanentes ou transitórias, compostas por membros representantes de órgãos ou entidades com ou sem participação nos plenários dos Comitês PCJ formalmente indicados.

Contam, ainda, com grupos de trabalho ou grupos de acompanhamento que discutem, analisam, acompanham e consolidam diversos projetos e atividades específicas.

6.1.4.1. CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

No âmbito dos Comitês PCJ, foi constituída a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) que deve acompanhar a realização e o desenvolvimento de estudos e atividades por solicitação dos plenários, e manifestar-se sobre questões de caráter institucional, atuando como instância preliminar dos Comitês PCJ. Também tem o objetivo de promover a integração e articulação das ações das demais Câmaras Técnicas, bem como a de consolidar propostas a serem submetidas aos plenários dos Comitês PCJ, oriundas dessas Câmaras Técnicas.

No ano de 2015, a CT-PL realizou três reuniões ordinárias e três reuniões extraordinárias, em municípios das Bacias PCJ, conforme abaixo:

Data	Reunião	Município
06 de março	60ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)
08 de maio	61ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
16 de junho	45ª Reunião Extraordinária	Piracicaba (SP)
31 de julho	46ª Reunião Extraordinária	Jundiaí (SP)
01 de outubro	47ª Reunião Extraordinária	Campinas (SP)
06 de novembro	62ª Reunião Ordinária	Holambra (SP)

Entres os temas de maior relevância discutidos na CT-PL, estiveram:

- Apreciação de resultados da pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea (Fehidro e Cobranças PCJ 2015) e análise de recursos sobre o processo do mesmo;
- Definição de prioridades de ações com recursos da cobrança em atendimento a Resolução CNRH N.º 097, de 17/12/2008;
- Análise do pedido da P.M. de Vargem sobre o reenquadramento de trechos do Rio Jaguari compreendidos entre a divisa do Estado de Minas Gerais e a entrada na Represa Jaguari e da saída da Represa Jaguari até a divisa dos Municípios de Vargem e Bragança Paulista;
- Solicitação da CT-EA para alteração no seu plano de trabalho incluindo parceria com o Consórcio PCJ na realização de encontros sobre eventos extremos nas Bacias PCJ;
- Ratificação da aprovação dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;
- Instituição da “Operação Estiagem - 2015” nas Bacias PCJ;
- Apreciação da revisão das atribuições das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;
- Apreciação de Proposta Substitutiva da Minuta de Deliberação do CRH sobre os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos do domínio do estado de São Paulo;
- Apreciação de possibilidade de convênio da Fundação Agência das Bacias PCJ - Agência PCJ com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, para repasse e utilização dos recursos financeiros oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira);
- Constituição do GT-Critérios para definição das regras para distribuição de recursos da Cobranças PCJ e Fehidro - exercício 2016;
- Apreciação de proposta de minuta de deliberação sobre Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ;
- Apreciação da atualização de valores do PAP-PCJ;
- Renovação dos Membros da Comissão Editorial da TV PCJ;

- Apreciação de Parecer Técnico GT-Empreendimentos N.º 02/2015, sobre o empreendimento: “Projeto de Implantação da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacias PCJ) (Processo IMPACTO 113/2014), a ser implantada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp nos municípios de Nazaré Paulista, Igaratá e Santa Isabel”;
- Transferência de recursos de investimento do Fehidro, orçamento de 2015, para realização do XIII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos”;
- Discussão e apreciação das propostas do GT-Critérios: Distribuição de Recursos do Fehidro e Cobranças PCJ - exercício 2016;
- Definição de cronograma para discussão e apreciação de proposta sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira e composição do GT-Renovação;
- Apreciação do Termo de Referência para a revisão do Plano de Bacias PCJ 2010-2020;
- Apresentação do Relatório Anual da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2015 - ano base 2014;
- Manifestação da Replan referente aos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ N.º 058/2006, de 12/12/2006, que "Aprova Parecer Técnico sobre o empreendimento “Modernização da Refinaria de Paulínia - Replan/Petrobrás”.

- **Grupo de Trabalho Empreendimentos - GT-Empreendimentos**

No âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) foi formado o GT-Empreendimentos, que se reúne mensalmente para coordenar e consolidar a análise dos empreendimentos que são encaminhados aos Comitês PCJ, nos termos da Resolução SMA N.º 54, de 30/07/2008, da Deliberação CRH N.º 87, de 28/10/2008 do estado de São Paulo, e da Deliberação Normativa CERH N.º 031/2009, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de Minas Gerais.

O GT-Empreendimentos é formado pelos coordenadores e coordenadores adjuntos das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, pelo secretário executivo e secretários executivos adjunto dos Comitês PCJ e por convidados, que são: secretarias das Câmaras Técnicas e técnicos da Cetesb e Igam (MG), quando se faz necessário.

Os empreendimentos encaminhados para os Comitês PCJ e analisados em 2015 foram:

- Modernização da Refinaria de Paulínia - Replan/Petrobrás;
- Residencial Quinta das Águas, Valinhos;
- Interligação das Represas Jaguari e Atibainha, Nazaré Paulista / Igaratá / Santa Isabel;
- Implantação do Aterro Sanitário da Central de Tratamento de Resíduos - CTR Palmeiras, Piracicaba;
- Implantação do contorno de Itatiba - Interligação das Rod. Romildo Prado (SP-063) e Engº Constâncio Cintra (SP-360) à Rodovia Dom Pedro (SP-065), Piracicaba;
- Implantação das Barragens Pedreira e Duas Pontes, em Campinas, Pedreira e Amparo;
- Projeto Urbanístico Loteamento Residencial Haras Patente 2, Jaguariúna;
- Implantação do Loteamento Campo Verde, Jarinu.

O Grupo também realizou análise das complementações dos estudos do EIA/RIMA do empreendimento “Residencial Quinta das Águas”. Além de analisar o atendimento das condicionantes da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ N.º 058/2006, de 12/12/2006, referente a “Modernização da Refinaria de Paulínia - Replan/Petrobras”.

- **Grupo de Trabalho “Operação Estiagem 2015” - GT-Estiagem 2015**

Considerando as possibilidades de prolongamento da estiagem atípica que ocorreu nas Bacias PCJ no ano de 2014, na qual as chuvas ocorreram abaixo das mínimas históricas, ocasionando principalmente, as baixas vazões nas calhas dos corpos d’água da região. Para o desenvolvimento da “Operação Estiagem PCJ - 2015” foi constituído Grupo de Trabalho para coordenação dos mesmos, denominado GT-Estiagem 2015, cuja atuação iniciou em 19 de junho de 2015 e foi encerrada no dia 26 de novembro de 2015.

O GT-Estiagem 2015 é composto pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, pelos coordenadores de seis Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ: Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA); Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID); Câmara Técnica do Uso da Água no Meio Industrial (CT-IND); Câmara Técnica do Uso da Água no Meio Rural (CT-Rural); Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH); Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) e Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB). Além deles, de um representante de cada uma das seguintes entidades representativas dos setores usuários: Assemae, Fiesp, Sindicato Rural de Campinas, Fiemg, Sabesp e Consórcio PCJ. E, ainda, temos como entidades convidadas, a ARES-PCJ e a ARSESP. Durante o período de trabalho foram realizadas cinco reuniões desse Grupo, conforme segue:

Data	Reunião	Município
19 de junho	1ª Reunião Ordinária	Santa Bárbara D’Oeste (SP)
26 de junho	1ª Reunião Extraordinária	Limeira (SP)
21 de agosto	2ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
02 de outubro	3ª Reunião Ordinária	Hortolândia (SP)
26 de novembro	4ª Reunião Ordinária	Indaiatuba (SP)

6.1.4.2. CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

A Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) foi instituída para promover a coleta, sistematização, armazenamento e divulgação de informações sobre estudos, pesquisas, desenvolvimento tecnológico e trabalhos nas áreas de recursos hídricos subterrâneos, de interesse da região dos Comitês PCJ e a implantação de forma integrada e consensual entre seus membros, de ações emergenciais que visem garantir condições mínimas para a utilização racional das águas subterrâneas, em sua área de atuação.

A CT-AS propõe procedimentos específicos referentes à outorga, à integração de ações de cadastro e fiscalização entre órgãos estaduais, federais, municipais e iniciativa privada e também propõe aos Comitês PCJ ações a serem incluídas no Plano das Bacias PCJ referente às águas subterrâneas. Em 2015, a CT-AS realizou quatro reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
07 de maio	39ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
11 de junho	40ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
04 de agosto	41ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
15 de outubro	42ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)

Entre os temas discutidos pela CT-AS estiveram:

- Restituição do GT-Controle para o mandato 2015-2017;
- Apresentação do prof. Ricardo Hirata, do Centro de Pesquisa de Águas Subterrâneas (Cepa) da Universidade de São Paulo (USP), sobre a captação de águas subterrâneas no município de Itirapina para auxiliar no abastecimento de água da região de Piracicaba;
- Redefinição das atribuições da Câmara Técnica;
- Planejamento de atividades e ações para o mandato 2015-2017, reunidos no Plano de Trabalho;
- Realização do III Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ - Conhecer para usar e proteger, nos dias 12 e 13 de novembro, em Rio Claro (SP).

6.1.4.3. CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) foi constituída para a proposição, divulgação, assistência na consolidação e implementação de uma Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, bem como para a divulgação das ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade.

A CT-EA, também, subsidia os Comitês PCJ para a tomada de decisões e na elaboração do Plano de Bacias e do Relatório de Situação dos Comitês PCJ com relação a temática.

No ano de 2015, a CT-EA realizou sete reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
10 de fevereiro	69ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
14 de abril	70ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
09 de junho	71ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
30 de junho	19ª Reunião Extraordinária	Hortolândia (SP)
18 de agosto	72ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
16 de outubro	73ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)
15 de dezembro	74ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

Os principais temas discutidos no âmbito da CT-EA foram:

- Realização de encontros sobre eventos extremos em parceria com o Consórcio PCJ;
- Redefinição das atribuições da Câmara Técnica;
- Elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017;
- Análise do programa de educação ambiental do aterro de Americana;
- Desenvolvimento e veiculação de programas educacionais na TV-PCJ;
- Acompanhamento das atividades do GT-Estiagem 2015;
- Parceria no projeto CriAtividade, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP);
- Desenvolvimento de manifesto quanto ao processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira;
- Criação da ANPPEA - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental em Piracicaba;

Além disso, a CT-EA participou das discussões e organização do XIII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos; da organização de oficinas ambientais; e do acompanhamento de empreendimentos de educação ambiental.

A CT-EA discutiu, ainda, programas de educação ambiental do empreendimento “aterro de produtos não-perigosos de Americana”, submetido aos Comitês PCJ por ocasião do respectivo licenciamento.

6.1.4.4. CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

A Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) integra projetos e ações tecnológicas e científicas desenvolvidas no âmbito das diversas entidades, com o objetivo de implantar mecanismos de consulta e acompanhamento de atividades realizadas pela comunidade científica e pelo poder público, assessorando os Comitês PCJ nas questões relativas à tecnologia, aperfeiçoamento de recursos humanos, divulgação e comunicação social. Em 2015, a CT-ID realizou seis reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
09 de abril	64ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
08 de maio	65ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
08 de junho	66ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
15 de julho	67ª Reunião Ordinária (conjunta com CT-PB, CT-SA, CT-SAM e CT-OL)	Limeira (SP)
19 de agosto	68ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
21 de outubro	69ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)

Nessas reuniões, foram discutidos temas de grande relevância no contexto de trabalho da CT-ID, como:

- Desenvolvimento de proposta conjunta com as câmaras técnicas de Saneamento, Saúde Ambiental, Outorgas e Licenças e Plano de Bacias, de uma proposta de considerações quanto ao processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira;
- Redefinição das atribuições da Câmara Técnica;
- Elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017;
- Acompanhamento das atividades do GT-Estiagem 2015;

6.1.4.5. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) foi criada para auxiliar na consolidação, avaliação e acompanhamento da implementação da política para o uso consciente dos recursos hídricos no âmbito industrial.

A CT-Indústria auxilia na divulgação dessa política e nas ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade, além de estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos na indústria. Propõe diretrizes e ações conjuntas para promover a integração entre indústrias e outras Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, a fim de otimizar a criação de projetos e a tomada de decisão na elaboração dos Planos de Bacias e dos Relatórios de Situação dos Comitês PCJ.

No ano de 2015, a CT- Indústria realizou seis reuniões, como demonstrado a seguir:

Data	Reunião	Município
25 de fevereiro	47ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
22 de abril	48ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
10 de junho	49ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
13 de julho	2ª Reunião Extraordinária	Campinas (SP)
19 de agosto	50ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
21 de outubro	51ª Reunião Ordinária	Santo Antônio de Posse (SP)

As reuniões da CT-Indústria, no ano de 2015, tiveram o principal foco em ações como:

- Projeto de implantação de medidas para adequação de ETEs Industriais, com estudo da tecnologia de membranas;
- Acompanhamento sobre o processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira;
- Discussão sobre o reuso de água considerando o balanço hídrico da bacia;
- Redefinição das atribuições da Câmara Técnica;
- Elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017;
- Estudo de viabilidade para a captação de águas subterrâneas;

- Desenvolvimento de seminário sobre o PTA N.º 01 (projeto de implantação de medidas para adequação de ETEs Industriais).

Visando orientar os usuários de recursos hídricos das Bacias PCJ no período de estiagem, a CT-Indústria, juntamente ao Ciesp Campinas organizaram a Oficina “Pegada Hídrica”, que aconteceu em 11 de setembro, na sede do Ciesp - Regional Campinas.

6.1.4.6. CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) tem como fundamentos a coleta e análise de dados referentes à quantidade e qualidade das águas, depósitos hidrométricos existentes ou que venham a se instalar nas Bacias PCJ, acompanhando estudos, obras e ações relacionadas com a ampliação, modernização e integração da rede de monitoramento hidrológico na área de atuação dos Comitês PCJ.

Uma de suas atribuições é a discussão e proposição de ações aos seus membros visando definir regras operativas, adequações técnicas, execução de obras e implementação de medidas preventivas e corretivas para a operação e manutenção de reservatórios, captação de água e efluentes líquidos, e fornecimento de subsídios com dados de quantidade, qualidade de água e operação de obras hidráulicas, que servirão como base para projetos dos Comitês PCJ. Em 2015, foram realizadas 12 reuniões pela CT-MH, como segue:

Data	Reunião	Município
30 de janeiro	141ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
27 de fevereiro	142ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
31 de março	143ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
30 de abril	144ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
29 de maio	145ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
30 de junho	146ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
31 de julho	147ª Reunião Ordinária	Paulínia (SP)
31 de agosto	148ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
30 de setembro	149ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
29 de outubro	150ª Reunião Ordinária	Paulínia (SP)
30 de novembro	151ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
29 de dezembro	152ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

Vale ressaltar que, precedendo as reuniões, ocorreram os encontros do GT-Cantareira, grupo de trabalho construído no âmbito da CT-MH que trata das questões afetas as descargas dos Reservatórios do sistema Cantareira, que serviram principalmente para o aprimoramento dos trabalhos já desenvolvidos e, essencialmente, para a apresentação da situação dos mananciais.

As discussões da CT-MH foram pautadas pela situação dos mananciais do Sistema Cantareira, informações dos usuários e pelas condições hidrometeorológicas conferidas mediante verificações mensais, análise de comunicados da ANA/Daee, das condições climáticas, perspectivas e tendências, com proposta de descargas dos reservatórios do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ.

A CT-MH também recebeu, organizou e encaminhou para seus membros, para a sala de situação PCJ, para o Secretário-executivo dos Comitês PCJ, e para o GT-Estiagem 2015 ocorrências relacionadas aos problemas da estiagem, assim como discussão e apoio ao contrato de realização da manutenção da Rede Telemétrica dos Comitês PCJ.

A CT-MH discutiu a atualização de suas atribuições e elaborou seu Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017.

Além disso, a câmara técnica realizou discussões acerca do desassoreamento do canal de Piracaia, dos projetos executivos das barragens de Duas Pontes e Pedreira, assim como a criação de um grupo de trabalho (GT-Barragens) para discutir sobre o tema.

6.1.4.7. CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

A Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) foi instituída para manifestar sobre propostas ou questões específicas nos seguintes assuntos: reenquadramento de corpos d'água; regulamentação de Áreas de Proteção Ambiental - APAs; questões de uso do solo e planejamento regional; aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos; e conflitos de uso de recursos hídricos.

A CT-OL deve efetuar diagnósticos, análises e proposição de critérios e procedimentos no que se refere a outorgas e licenças, com o objetivo de racionalizar os procedimentos para a emissão, pelos órgãos competentes, de outorga para o uso da água e licenciamento ambiental, integrar os procedimentos dos órgãos competentes na emissão de outorgas e licenças visando agilizar os processos e benefícios aos usuários de recursos hídricos e definir critérios técnicos para constar do Plano das Bacias PCJ.

Na CT-OL, realizaram-se sete reuniões ao longo do ano de 2015:

Data	Reunião	Município
28 de janeiro	52ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
20 de março	53ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
15 de maio	54ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
12 de junho	55ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
15 de julho	2ª Reunião Conjunta CT-OL, CT-PB, CT-ID, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
25 de setembro	56ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
27 de novembro	57ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)

Foram discutidas, entre outros assuntos, a análise de questões específicas quanto aos múltiplos usos, insignificantes e preponderantes de recursos hídricos; redefinição das atribuições da Câmara Técnica; elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017.

Além disso, a câmara técnica participou do desenvolvimento de proposta conjunta com as câmaras técnicas de Saneamento, Saúde Ambiental, Plano de Bacias e Integração e difusão de Pesquisas e Tecnologias, de uma proposta de considerações quanto ao processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira;

6.1.4.8. CÂMARA TÉCNICA DE PLANO DE BACIAS

A Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) foi criada para acompanhar a implementação dos programas e ações de investimentos previstos no Plano de Bacias. Entre seu arcabouço de atividades, encontram-se:

- Fomento de investimentos voltados ao controle do uso e da ocupação do solo;
- Proposição de critérios para priorização de investimentos;
- Incentivo para os programas de comunicação e sensibilização da importância do Plano de Bacias;
- Estabelecimento de instrumentos de integração dos municípios, visando o cumprimento das metas.

A CT-PB ainda é responsável por avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano, analisar e propor a readequação de prioridades e revisão periódica do Plano de Bacias; incentivar a criação de modelo unificado de informações; acompanhar e avaliar a elaboração de Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ; estudar, discutir e promover discussões, avaliar e propor diretrizes, critérios e valores para a revisão e aplicação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; e propor diretrizes e fomentar ações conjuntas para a integração e otimização de procedimentos entre as instituições vinculadas à gestão dos recursos hídricos e à Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Na CT-PB, foram realizadas sete reuniões ao longo do ano de 2015:

Data	Reunião	Município
25 de fevereiro	60ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
29 de abril	61ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
09 de junho	62ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
08 de julho	1ª Reunião Conjunta CT-PB, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
15 de julho	2ª Reunião Conjunta CT-OL, CT-PB, CT-ID, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
26 de agosto	63ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
06 de novembro	64ª Reunião Ordinária	Holambra (SP)

Nesse período, ocorreram discussões sobre Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ - 2015 (ano base 2014); acompanhamento das metas e relatório de avaliação do PAP; análise dos relatórios técnicos elaborados pela Cobrape referente ao detalhamento das ações para efetivação do enquadramento; e análise do empreendimento da barragem de Pedreira e Duas Pontes; redefinição das atribuições da Câmara Técnica; elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017.

No dia 16 de outubro, foi realizada, em Rio Claro, uma oficina teste de treinamento do sistema de suporte à decisão - versão (SSD-PCJ 2), previsto na atualização do Plano das Bacias PCJ 2010-2020.

A câmara técnica também desenvolveu, em conjunto com as câmaras técnicas de Saneamento, Saúde Ambiental, Outorgas e Licenças e Integração e Difusão de pesquisas e Tecnologias, de uma proposta de considerações quanto ao processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira.

A CT-PB ainda gerencia as ações de seus Grupos de Trabalho, que são: GT- Acompanhamento; GT- Articulação Institucional e GT- Cobrança, que realizaram três reuniões no ano de 2015.

No âmbito dos trabalhos dos GTs especificados, foram discutidas definições de estratégia e elaboração de projeto para estabelecimento de políticas municipais de recursos hídricos; interação com instituições-parceiras dos Comitês PCJ com o objetivo de promover a adoção de modelos de simulações para determinação do balanço hídrico (GT- Articulação); realização de ajustes do Termo de Referência para a revisão do Plano de Bacias (GT - Acompanhamento).

6.1.4.9. CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

A Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) tem como atribuições as análises e manifestações sobre propostas ou questões específicas que interfiram nos seguintes assuntos: conservação e proteção do solo, desenvolvimento florestal, incluindo matas ciliares, conservação e proteção dos recursos hídricos quanto aos efeitos nocivos da erosão do solo rural e poluição agrícola e proteção de mananciais de abastecimento público. As seis reuniões realizadas pela CT-RN, em 2015, foram:

Data	Reunião	Município
11 de fevereiro	61ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
08 de abril	62ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
11 de junho	63ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
07 de julho	64ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
08 de setembro	65ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
17 de novembro	66ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)

Nesses encontros, foram discutidos, entre outros assuntos, o desenvolvimento do termo de referência para atualização do Plano Diretor de Recomposição Florestal das Bacias PCJ,

disponibilidade hídrica nas bacias PCJ em relação as demandas do Sistema Cantareira; acompanhamento do projeto de reflorestamento desenvolvido entre Replan/Petrobras e Consórcio PCJ; a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ; redefinição das atribuições da Câmara Técnica; elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017.

6.1.4.10. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) foi criada para propor uma política para uso e conservação da água no meio rural para os Comitês PCJ e auxiliar na consolidação, avaliação, acompanhamento e divulgação da implementação dessa Política.

A CT-Rural deve, também, estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural; propor diretrizes e ações conjuntas e promover a integração e a otimização de procedimentos, entre as instituições que atuam no meio rural, visando à preservação, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos; interagir com as outras Câmaras Técnicas, a fim de subsidiar os Comitês PCJ para a tomada de decisões nas Bacias PCJ. No ano de 2015 a CT-Rural realizou 11 reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
06 de fevereiro	92ª Reunião Ordinária	Charqueada (SP)
13 de março	93ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
10 de abril	94ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
15 de maio	95ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
12 de junho	96ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
15 de julho	97ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
14 de agosto	98ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
10 de setembro	99ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
16 de outubro	100ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
14 de novembro	101ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
11 de dezembro	101ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)

Foram abordados, entre outros temas, propostas relacionadas à renovação da outorga do Sistema Cantareira, barragens de Pedreira e de Duas Pontes e pagamento por serviços ambientais (PSA);

A câmara técnica desenvolveu atividades relacionadas a compreensão e auxílio aos produtores rurais quanto a Portaria 761 do DAEE, que estabeleceu a necessidade de desenvolvimento de ações de monitoramento e fiscalização do cumprimento das restrições de uso previstas na Resolução Conjunta ANA/DAEE N.º 50/15 para usuários de recursos

hídricos situados nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí. Assim como discutiu propostas de revisão da mesma.

Em parceria com a ABES, a CT-Rural também realizou o seminário sobre Saneamento Rural, nos dias 22 e 23 de junho de 2015, em Campinas.

A câmara técnica também auxiliou no desenvolvimento da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ.

6.1.4.11. CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

A Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) tem como objetivo apoiar os Comitês PCJ nas ações pertinentes às Políticas Estaduais e Federal de Saneamento, em especial, discutir e propor Planos Regionais de Saneamento Ambiental para integrar o Plano de Saneamento e suas atualizações. Também objetiva promover estudos, divulgação e debates a respeito de programas prioritários de ações, serviços e obras a serem realizadas no interesse da coletividade. Pela CT-SA, foram realizadas oito reuniões, conforme segue:

Data	Reunião	Município
12 de fevereiro	66ª Reunião Ordinária	Santa Bárbara d'Oeste (SP)
26 de fevereiro	Reunião Conjunta com a CT-PB	Piracicaba (SP)
13 de março	11ª Reunião Extraordinária	Piracicaba (SP)
10 de abril	62ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
12 de junho	63ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
14 de agosto	64ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
09 de outubro	65ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
11 de dezembro	66ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)

A atuação da CT-SA destaca-se com realização de 39 análises de pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea - inscritos para obtenção de financiamento com recursos de 2014, das Cobranças PCJ e Fehidro, além da discussão de temas como: elaboração do plano de trabalho da Câmara Técnica e de seus Grupos técnicos; utilização de membranas filtrantes com tratamento terciário de efluentes e de processos oxidativos avançados visando a potabilização de água; elaboração de propostas e/ou recomendações para a Renovação da Outorga do sistema Cantareira; encaminhamento de manifestação ao GAEMA-PCJ sobre a importância do sistema adutor para as Bacias PCJ e análise do EIA/Rima do mesmo; análise do EIA/Rima do empreendimento de ampliação do aterro sanitário de Bragança Paulista.

Além dessas atividades, foram criados Grupos Técnicos para estudar melhor diversos temas e impactos, entre eles o da drenagem nas Bacias PCJ: GT-Resíduos Sólidos, GT-Água, GT-Esgoto, GT-Drenagem e GT-Saneamento no meio Rural.

6.1.4.12. CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) foi instituída para colaborar e fomentar a implementação de ações de melhoria e recuperação dos corpos d'água e da água tratada, visando melhorar a saúde ambiental e humana; implementar programas e projetos na área dos Comitês PCJ, em parceria com instituições de ensino e pesquisa; desenvolvimento de novas metodologias e processos aplicados aos estudos dos mananciais e de tratamento de água; e identificar riscos referentes a doenças transmitidas através da água contaminada, entre outros temas relacionados.

Também auxilia na implementação de novas legislações e revisões e na implementação de laboratórios e centros de referências para controle e vigilância da qualidade da água. Ainda nesse contexto, acompanha ações de monitoramento microbiológico nos corpos hídricos na área de atuação dos Comitês PCJ e atua como fórum de discussões para questões globais, subsidiando os Comitês PCJ na tomada de decisões. Em 2015, a CT-SAM promoveu as seguintes reuniões:

Data	Reunião	Município
10 de março	56ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
30 de abril	57ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
12 de junho	58ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
08 de julho	1ª Reunião Conjunta CT-PB, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
15 de julho	2ª Reunião Conjunta CT-OL, CT-PB, CT-ID, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
04 de agosto	59ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
12 de novembro	60ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
02 de dezembro	61ª Reunião Ordinária	Santa Gertrudes (SP)

As reuniões tiveram objetivos de discutir: relatório de avaliação de toxicidade do efluente da refinaria de Paulínia - Replan; aspectos relacionados à renovação da outorga do Sistema Cantareira; disponibilidade hídrica qualitativa e quantitativa nas Bacias PCJ durante o período de estiagem de 2015; manifestação quanto aos aspectos relacionados aos recursos hídricos para o projeto de Implantação da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacias PCJ); redefinição das atribuições da Câmara Técnica; elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017; apresentação do Diagnóstico Ambiental e mapeamento da Infestação visando ao controle e monitoramento do carrapato estrela, Amblyomma Cajannense, vetor de febre maculosa e de mosquitos vetores ao longo do prolongamento da Avenida Maquenzi - Campinas (SP).

A Câmara Técnica também organizou, no dia 21 de outubro de 2014, o 3º Seminário de Saúde Ambiental, com o tema “As agências reguladoras dos serviços de saneamento e o Estado na gestão das águas de abastecimento público”.

6.1.5. COMPARATIVOS ENTRE AS GESTÕES 2013/2015 E 2015/2017

Tabela N.º 6: Relação de Câmaras Técnicas (CTs), entidades participantes e membros: comparativo entre as gestões 2013/2015 e 2015/2017

Câmaras Técnicas	Entidades	Membros	Entidades	Membros
	2013/2015		2015/2017	
CT-AS	31	68	32	66
CT-EA	57	141	43	111
CT-ID	17	29	18	33
CT-INDÚSTRIA	17	35	40	83
CT-MH	32	80	32	86
CT-OL	31	74	31	90
CT-PB	33	74	32	72
CT-RN	42	92	41	98
CT-RURAL	42	83	49	95
CT-SA	35	75	25	62
CT-SAM	29	63	23	49

Tabela N.º 7: Quantidade de membros e entidades participantes nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ

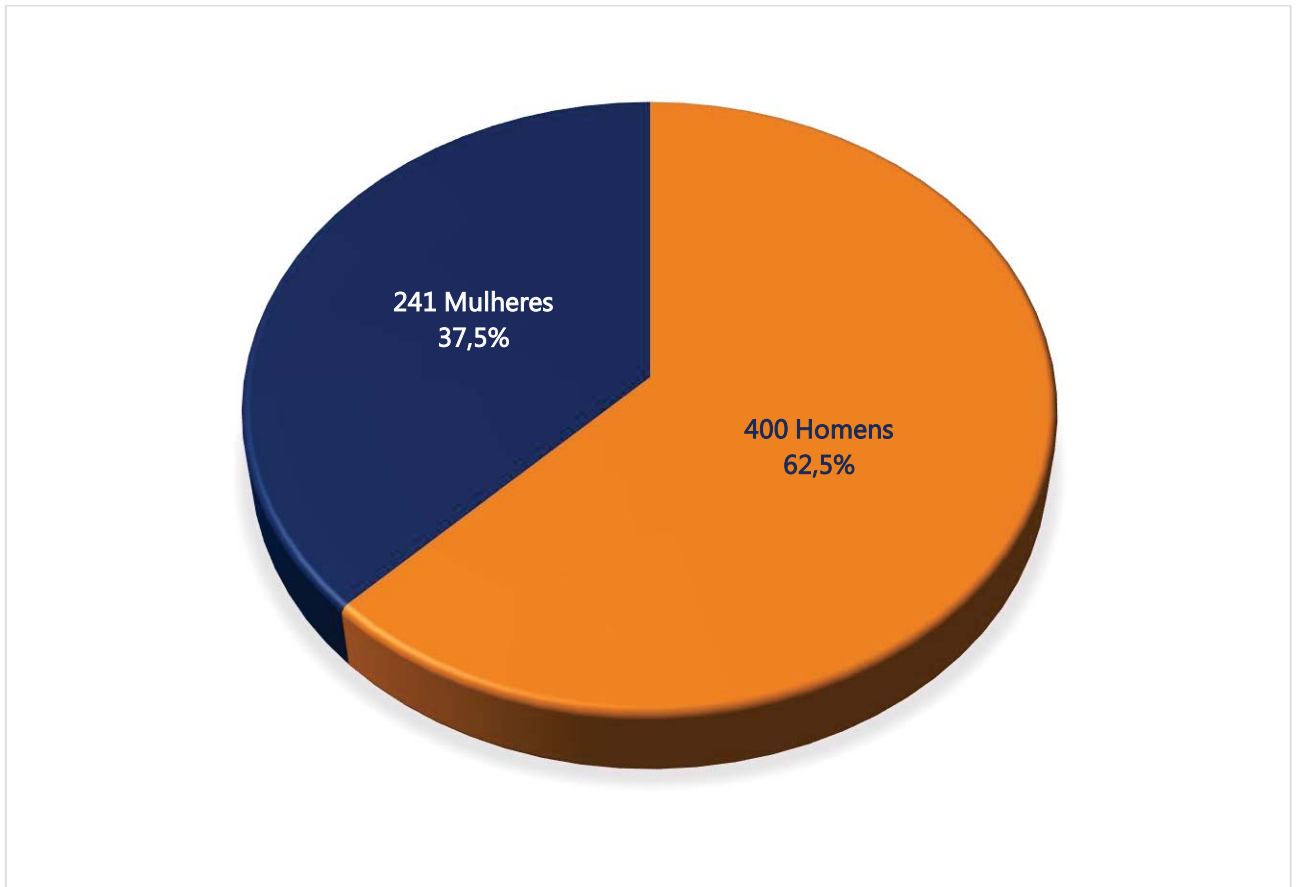
Gestão 2013-2015		Gestão 2015-2017	
Entidades	Membros	Entidades	Membros
163	614	180	641

A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), cuja função principal é integrar e articular as ações das demais Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, é formada por entidades e membros eleitos e participantes do Plenário dos Comitês PCJ, sendo que os números de participações na CT-PL não foram incluídos nas Tabelas de números 6 e 7.

Ressaltamos que a expressiva participação de entidades, em 2015, ocorreu em função do trabalho desenvolvido pelos Comitês PCJ ao longo de 20 anos de atividades realizadas com credibilidade e respeito. Os Comitês PCJ têm mantido um relacionamento sério com as entidades parceiras, fato que alavancou novas entidades a participarem de seu plenário.

Atentamos, para o fato de que as participações de entidades e membros do CBH PJ estão contabilizadas nos biênios informados, porém, devido a legislação mineira, os mandatos se renovam a cada quatro anos.

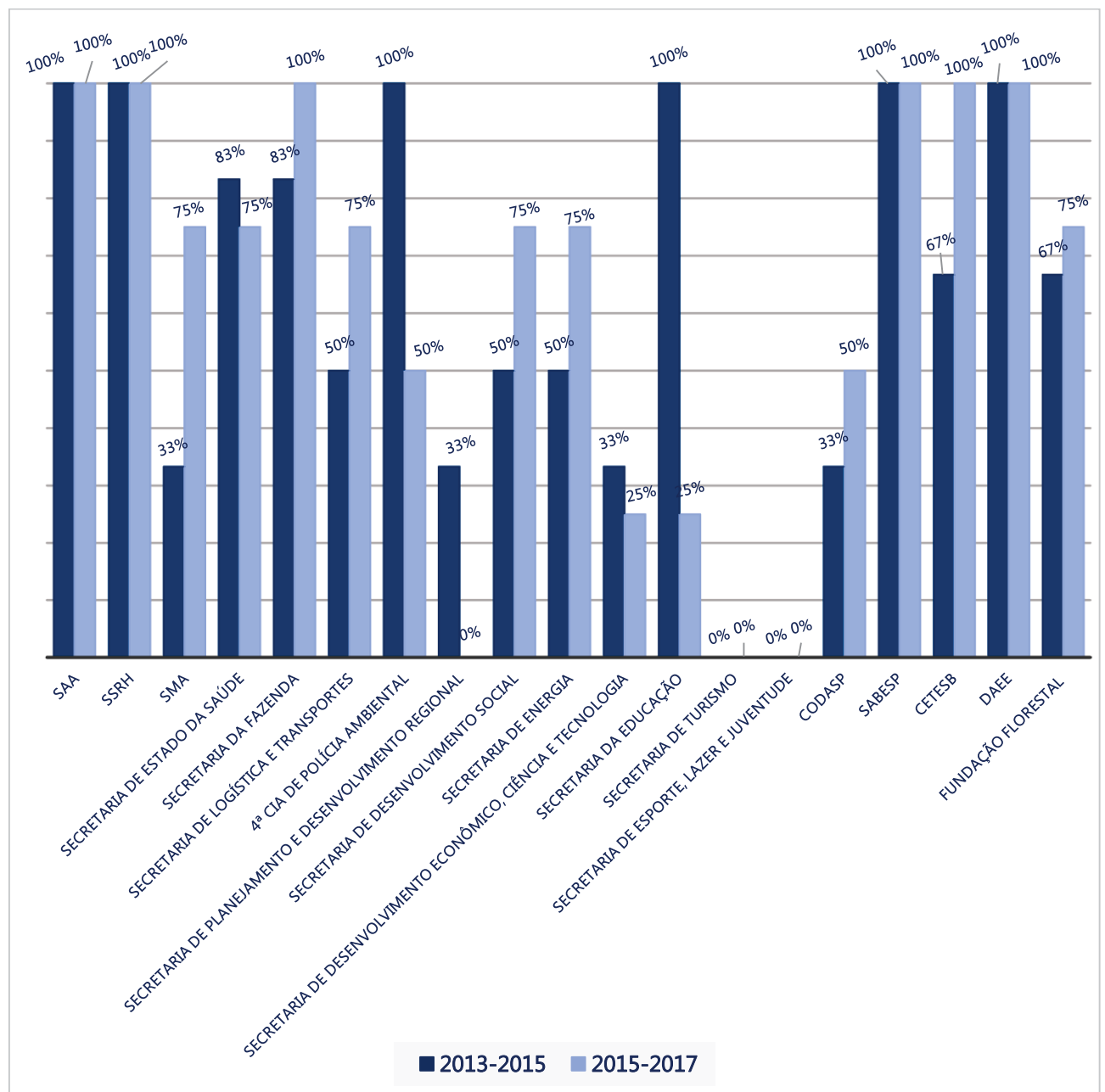
Gráfico N.º 2 - Membros das Câmaras Técnicas por gênero - gestão 2015/2017



6.1.6. GRÁFICOS COMPARATIVOS DAS PARTICIPAÇÕES DOS SEGMENTOS NAS GESTÕES 2013/2015 E 2015/2017 E DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES NA GESTÃO 2015/2017.

Gráfico N.º 3: Percentual de participações por segmentos nas Gestões 2013/2015 e 2015/2017

Gráfico N.º 3.1. - Órgãos do Estado de São Paulo



Nota N.º 2

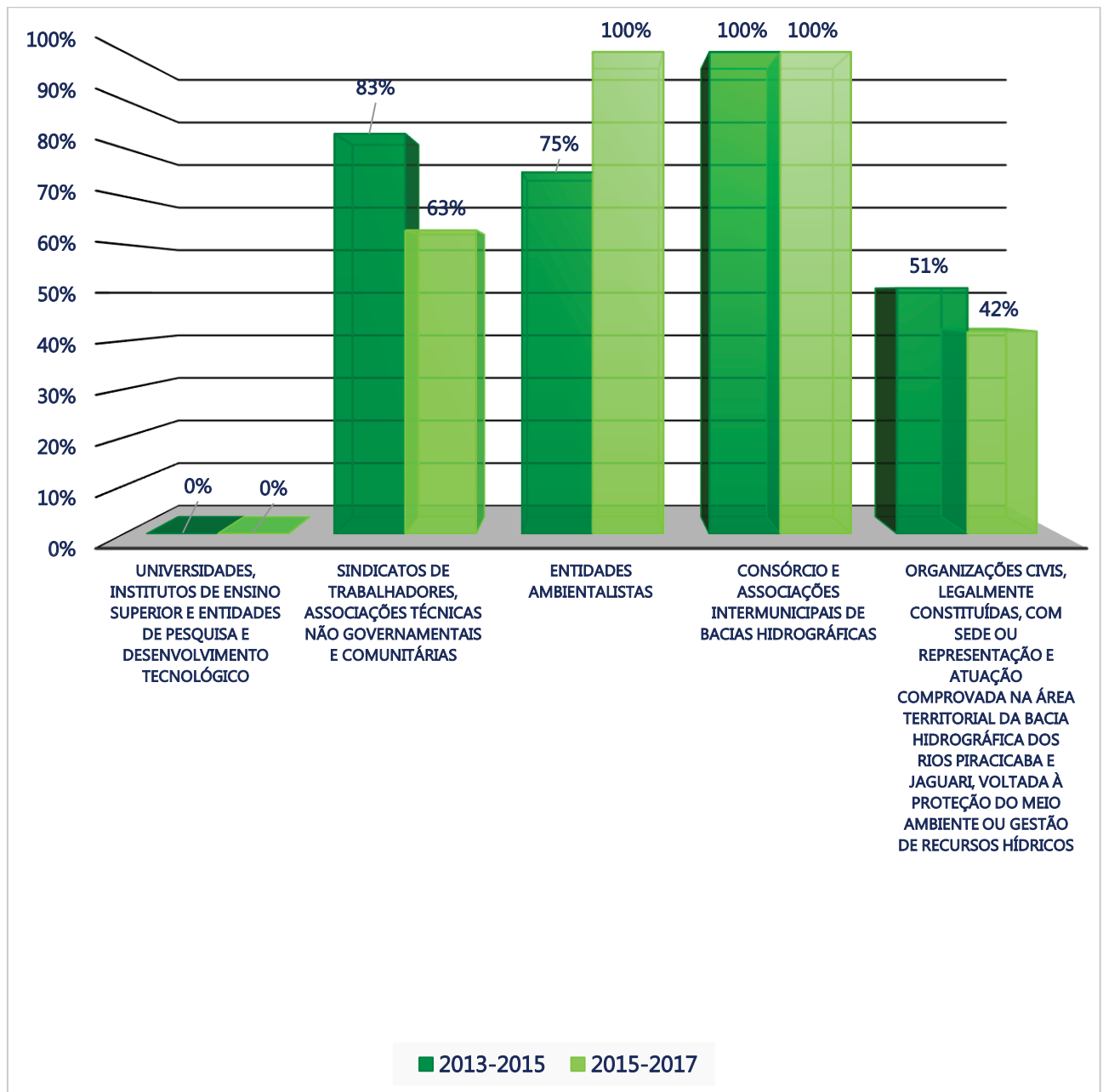
Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCJ nos mandatos 2013/2015 e 2015/2017 pelo segmento órgãos de governo paulista nota-se um acréscimo na participação

do segmento no mandato 2015-2017.

Tabela N.º 8 - Órgão do Estado de São Paulo - Gestão 2015/2017

Vaga	Membro Titular	Membro Suplente
01	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
02	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
03	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
04	Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Estado da Saúde
05	Secretaria de Estado da Fazenda	Secretaria de Estado da Fazenda
06	Secretaria de Logística e Transportes	Secretaria de Logística e Transportes
07	Secretaria de Estado da Segurança Pública – 4ª Companhia de Polícia Ambiental	Secretaria de Estado da Segurança Pública – 4ª Companhia de Polícia Ambiental
08	Secretaria de Planejamento e Gestão	Secretaria de Planejamento e Gestão
09	Secretaria de Desenvolvimento Social	Secretaria de Desenvolvimento Social
10	Secretaria de Estado de Energia	Secretaria de Estado de Energia
11	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Secretaria de Estado da Educação
12	Secretaria de Estado do Turismo	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
13	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – Codasp	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - Codasp
14	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp
15	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb
16	Departamento de Águas e Energia Elétrica - Dae	Departamento de Águas e Energia Elétrica - Dae
17	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Gráfico N.º 3.2. - Organizações Civas



Nota N.º 3

Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCJ referentes aos mandatos 2013/2015 e 2015/2017 pelo segmento organização civil (paulistas e mineiros) a participação ocorreu de forma contínua, ou seja, sem alterações significativas. Porém, verifica-se a ausência do setor universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de caráter público. Ressaltamos que houve uma alteração na denominação deste setor para o de segmentos de órgãos de governo e a ausência de indicação dos mesmos nos Plenários dos Comitês PCJ. Destacamos também que no segmento entidades ambientalistas houve apenas a indicação para duas vagas. Dessa forma as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Anexo I da Deliberação Comitês PCJ N.º 205/2014 de 08/08/2014.

Tabela N.º 9 - Organizações Civas - Gestão 2013/2015

I - UNIVERSIDADES, INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR E ENTIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, PRIVADOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Unimep - Universidade Metodista de Piracicaba	Unimep - Universidade Metodista de Piracicaba	SP	X	X

II - SINDICATOS DE TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES TÉCNICAS NÃO-GOVERNAMENTAIS E COMUNITÁRIAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
2	Abes - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Associação dos Engenheiros de Jundiá	SP	X	X
3	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos da Região de Amparo	AAEAAN - Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira	SP	X	X

III - ENTIDADES AMBIENTALISTAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Florespi - Associação de Recuperação Florestal da Bacia do Rio Piracicaba e Região	Ipsa - Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	SP	X	X
2	Fórum Permanente das Entidades que exercem atividades ambientais nas bacias dos rios PCJ	Elo Ambiental	SP	X	X
3	Elo Ambiental	Florespi - Associação de Recuperação Florestal da Bacia do Rio Piracicaba e Região	SP	X	X
4	Ipsa - Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	Fórum Permanente das Entidades que exercem atividades ambientais nas bacias dos rios PCJ	SP	X	X

IV - CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ	SP	X	X

V - ORGANIZAÇÕES CIVIS VOLTADAS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE OU GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - BLOSS	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - SINDAGUA.	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	MG	X	

Tabela N.º 10 - Organizações Civis - Gestão 2015/2017

I - SINDICATOS DE TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES TÉCNICAS NÃO-GOVERNAMENTAIS E COMUNITÁRIAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	AESabesp - Associação dos Engenheiros da Sabesp	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	SP	X	X
2	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	AESabesp - Associação dos Engenheiros da Sabesp	SP	X	X
3	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
4	AEJ - Associação dos Engenheiros de Jundiá	AESabesp - Associação dos Engenheiros da Sabesp	SP	X	X
5	Abes - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Aean - Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira	SP	X	X
6	Fórum das Américas	AAEAA - Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos da Região de Amparo	SP	X	X

II - ENTIDADES AMBIENTALISTAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Ipsa - Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	Inevat - Instituto Estudos Vale do Tietê	SP	X	X
2	Inevat - Instituto Estudos Vale do Tietê	Ipsa - Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	SP	X	X

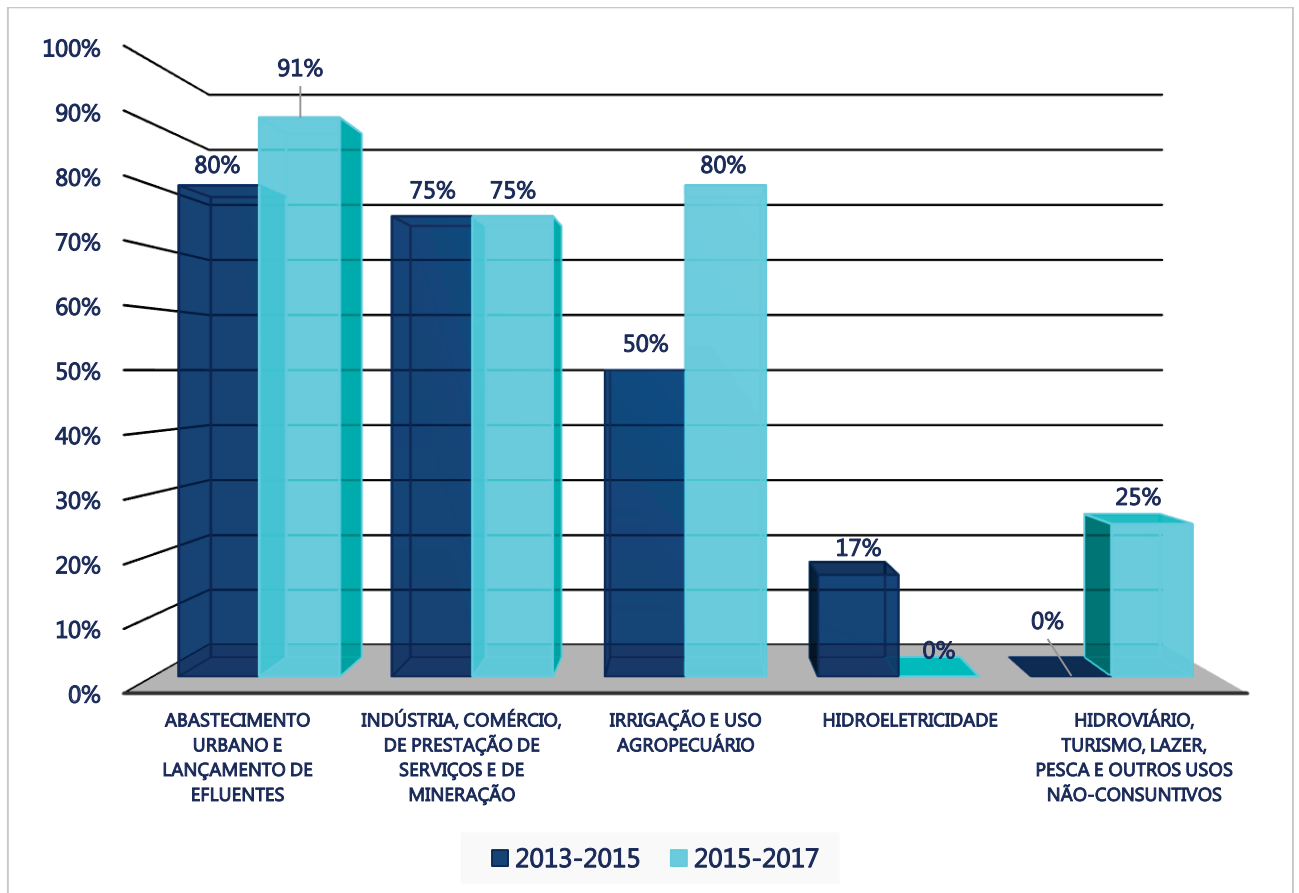
III - CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai - Consórcio Pirai	SP	X	X

IV - ORGANIZAÇÕES CIVIS VOLTADAS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE OU GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - BLOSS	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - SINDAGUA.	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	MG	X	

Gráfico N.º 3.3. - Usuários de Recursos Hídricos



Nota N.º 4

Neste gráfico é apresentada a participação do segmento usuários de recursos hídricos (paulistas e mineiros) nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2013/2015 e 2015/2017. Verifica-se o aumento da participação do referido segmento na gestão 2015/2017, nos plenários dos Comitês PCJ. Porém, verifica-se a ausência do setor hidroviário, turismo, lazer, pesca e outros usos não consuntivos no mandato 2013-2015, e do setor hidroeletricidade no biênio 2015-2017. Ressaltamos que as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Anexo I da Deliberação Comitês PCJ N.º 205/2014 de 08/08/2014.

Tabela N.º 11 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2013/2015

I - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E LANÇAMENTO DE EFLUENTES URBANOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
2	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
3	Coden - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	Dae - Departamento de Água e Esgoto de Americana	SP		X
4	Abcon - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP		X
5	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X
6	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X
7	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X

II - INDÚSTRIAS, COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E MINERAÇÃO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Unica - União da Agroindústria Canaveira do Estado de São Paulo	Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	SP	X	X
2	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Limeira	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Americana	SP	X	X
3	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Jundiaí	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Indaiatuba	SP		X
4	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Campinas	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Bragança Paulista	SP		X
5	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Piracicaba	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Rio Claro	SP		X
6	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Santa Bárbara d'Oeste	Simespi - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica, de Material Elétrica, Eletrônico, Siderúrgica e de Fundições	SP		X

III - IRRIGAÇÃO E USO AGROPECUÁRIO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Amparo	Sindicato Rural de Bragança Paulista	SP		X

IV - HIDROELETRICIDADE

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	SindiEnergia - Sindicato da Indústria de Energia do Estado de São Paulo	SindiEnergia - Sindicato da Indústria de Energia do Estado de São Paulo	SP	X	X

V - USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	MG	X	X
2	Fiemg - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	Fiemg - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	MG	X	X
3	Sinmec - Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	MG	X	X

Tabela N.º 12 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2015/2017

I - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E LANÇAMENTO DE EFLUENTES URBANOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
2	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
3	Coden - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	Dae - Departamento de Água e Esgoto de Americana	SP		X
4	Abcon - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP		X
5	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X
6	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X

II - INDÚSTRIAS, COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E MINERAÇÃO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Santa Bárbara d'Oeste	SP	X	X
2	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Limeira	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Americana	SP	X	X
3	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Jundiaí	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Indaiatuba	SP		X
4	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Campinas	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Bragança Paulista	SP		X
5	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Piracicaba	Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Rio Claro	SP		X
6	Única - União da Agroindústria Canaveira do Estado de São Paulo	Sindareia - Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo	SP		X

III - IRRIGAÇÃO E USO AGROPECUÁRIO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Monte Mor	Sindicato Rural de Salto	SP		X

IV - HIDROVIÁRIO, TURISMO, LAZER, PESCA E OUTROS USOS NÃO CONSUNTIVOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Grude - Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba	Grude - Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba	SP	X	X

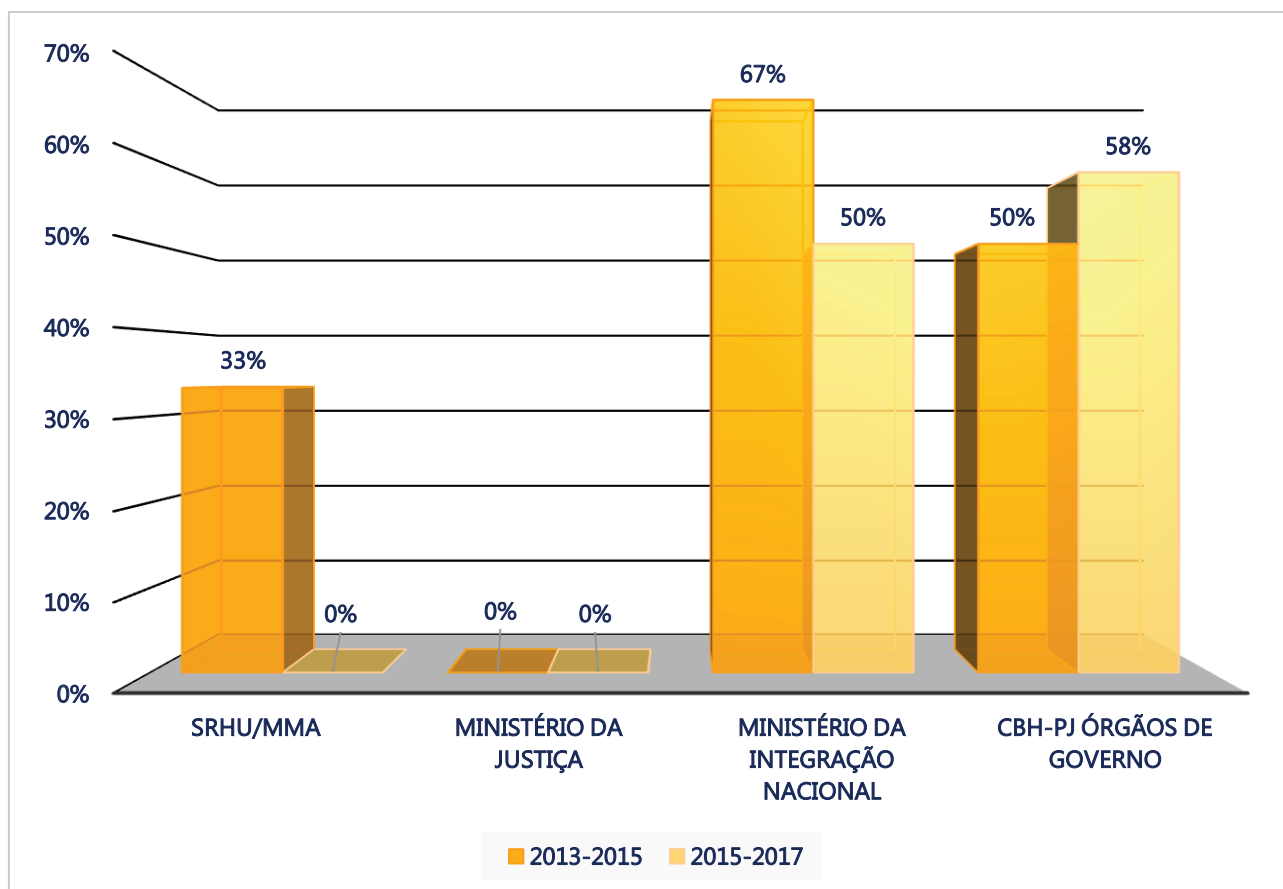
V - VAGA PREENCHIDA NOS TERMOS DO ART. 33 DO ANEXO II DA DELIBERAÇÃO COMITÊS PCJ N.º 205/2014, DE 08/08/2014

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Afocapi - Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba	SP	X	X

V - USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	MG	X	X
2	Fiemg - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	Fiemg - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	MG	X	X
3	Sinmec - Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	MG	X	X

Gráfico N.º 3.4. - Órgãos do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais



Nota N.º 5

O gráfico apresenta a participação do segmento órgãos de governo federal e estadual mineiro nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2013/2015 e 2015/2017, sendo que ocorreu de forma contínua, ou seja, sem alterações significativas.

Tabela N.º 13 - Órgão do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais - Gestão 2013/2015

I - ÓRGÃOS E ENTIDADES DA UNIÃO

Titular	Suplente
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

II - ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Titular	Suplente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Instituto de Geociências Aplicadas - IGA
Instituto Estadual de Florestas - IEF	Polícia Civil de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA
---	---

Tabela N.º 14 - Órgão do Governo Federal e do estado de Minas Gerais - Gestão 2013/2015

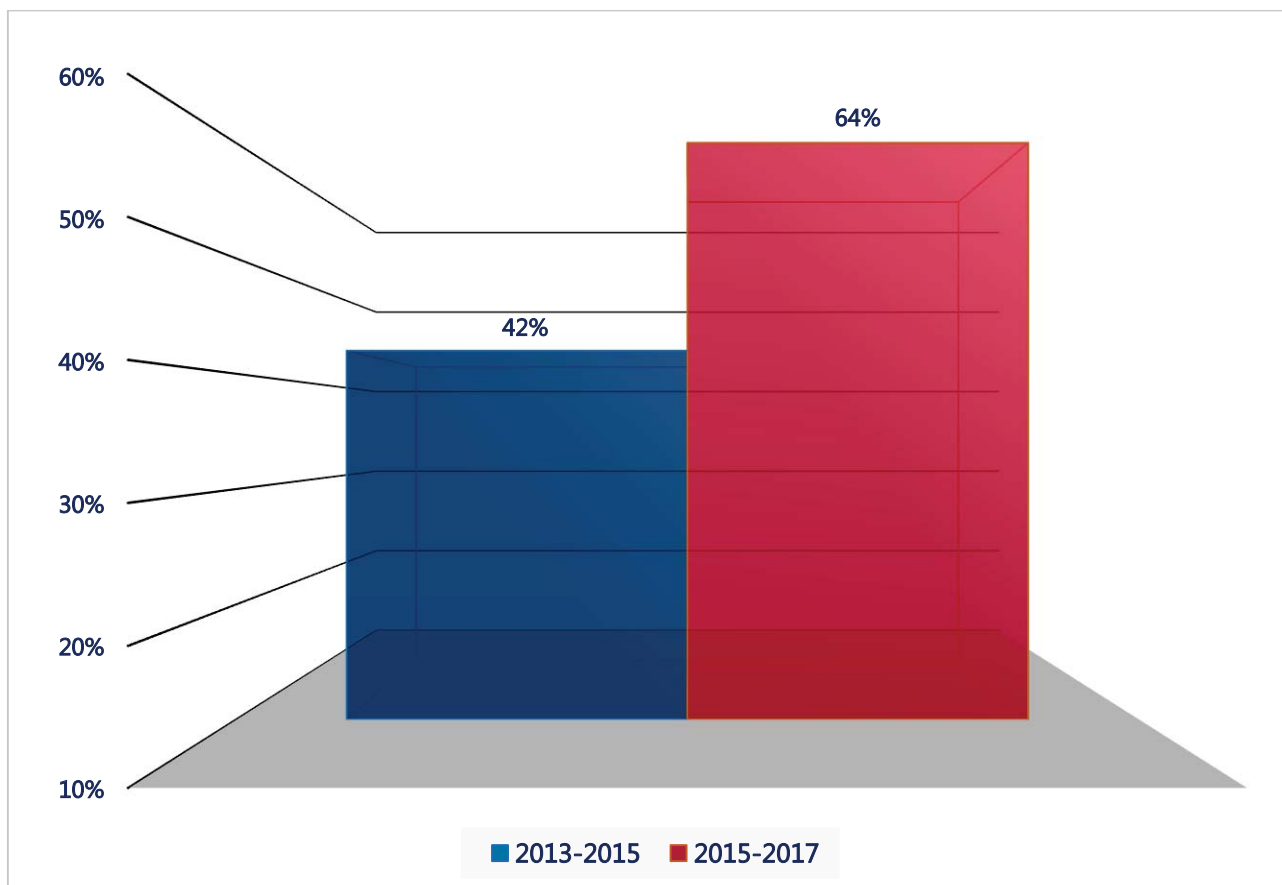
I - ÓRGÃOS E ENTIDADES DA UNIÃO

Titular	Suplente
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

II - ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Titular	Suplente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM
Instituto Estadual de Florestas - IEF	Polícia Civil de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Gráfico N.º 3.5. - Municípios com direito a voto



Nota N.º 6

Este gráfico ilustra a participação do segmento municípios com direito a voto (paulistas e mineiros), nos plenários dos Comitês PCJ nos mandatos 2013-2015 e 2015-2017, apresentando um acréscimo da participação deste segmento em relação ao mandato anterior.

Ressaltamos que todos os municípios das Bacias PCJ são membros natos, porém, para se manter a proporcionalidade de votos, previsto nas legislações de recursos hídricos vigentes, apenas os apresentados nas Tabelas de números 15 e 16 possuem direito a voto, nas gestões 2013/2015 e 2015/2017, após processo eleitoral.

Tabela N.º 15 - Municípios com direito a voto - Gestão 2013/2015

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Amparo	Prefeitura Municipal de Piracicaba
2	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Jarinú
3	Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Prefeitura Municipal de Tuiuti
4	Prefeitura Municipal de Elias Fausto	Prefeitura Municipal de Ipeúna
5	Prefeitura Municipal de Iracemápolis	Prefeitura Municipal de Cosmópolis
6	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Hortolândia
7	Prefeitura Municipal de Pedreira	Prefeitura Municipal de Valinhos
8	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Cabreúva	Prefeitura Municipal de Itatiba
10	Prefeitura Municipal de Corumbataí	Prefeitura Municipal de Jaguariúna
11	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Rio das Pedras
12	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Nova Odessa
13	Prefeitura Municipal de Jundiaí	Prefeitura Municipal de Limeira
14	Prefeitura Municipal de Morungaba	Prefeitura Municipal de Socorro
15	Prefeitura Municipal de Rio Claro	Prefeitura Municipal de Capivari
16	Prefeitura Municipal de Vargem	Prefeitura Municipal de Bragança Paulista
17	Prefeitura Municipal de Rafard	Prefeitura Municipal de Americana

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim

2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo

Tabela N.º 16 - Município com direito a voto - Gestão 2015/2017

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Piracicaba	Prefeitura Municipal de Piracicaba
2	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Jaguariúna
3	Prefeitura Municipal de Atibaia	Prefeitura Municipal de Vargem
4	Prefeitura Municipal de Capivari	Prefeitura Municipal de Americana
5	Prefeitura Municipal de Valinhos	Prefeitura Municipal de Indaiatuba
6	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Dois Córregos
7	Prefeitura Municipal de Pedreira	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
8	Prefeitura Municipal de Jundiá	Prefeitura Municipal de Várzea Paulista
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Rafard	Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista
10	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Campinas
11	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Cosmópolis
12	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Elias Fausto
13	Prefeitura Municipal de Itu	Prefeitura Municipal de Cabreúva
14	Prefeitura Municipal de Morungaba	Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse
15	Prefeitura Municipal de Rio Claro	Prefeitura Municipal de Analândia
16	Prefeitura Municipal de Louveira	Prefeitura Municipal de Piracaia
17	Prefeitura Municipal de Limeira	Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim
2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo